

MÓDULO 6



Os estados em Moçambique e a Penetração Mercantil Estrangeira

Conteúdos

Acerca deste Módulo	1
Lição 1	5
Lição 2	11
Lição 3	21
Lição 4	29
Lição 5	37
Lição 6	45
Lição 7	53
Lição 8	63
Lição 9	69
Lição 10	87
Soluções	97
Teste Preparação de Final de Módulo	100

Acerca deste Módulo

MÓDULO 6

Como está estruturado este Módulo

A visão geral do curso

Este curso está dividido por módulos autoinstrucionais, ou seja, que vão ser o seu professor em casa, no trabalho, na machamba, enfim, onde quer que você deseja estudar.

Este curso é apropriado para você que já concluiu a 10ª classe mas vive longe de uma escola onde possa frequentar a 11ª e 12ª classes, ou está a trabalhar e à noite não tem uma escola próxima onde possa continuar os seus estudos, ou simplesmente gosta de ser auto didacta e é bom estudar a distância.

Neste curso a distância não fazemos a distinção entre a 11ª e 12ª classes. Por isso, logo que terminar os módulos da disciplina estará preparado para realizar o exame nacional da 12ª classe.

O tempo para concluir os módulos vai depender do seu empenho no auto estudo, por isso esperamos que consiga concluir com todos os módulos o mais rápido possível, pois temos a certeza de que não vai necessitar de um ano inteiro para concluí-los.

Ao longo do seu estudo vai encontrar as actividades que resolvemos em conjunto consigo e seguidamente encontrará a avaliação que serve para ver se percebeu bem a matéria que acaba de aprender. Porém, para saber se resolveu ou respondeu correctamente às questões colocadas, temos as resposta no final do seu módulo para que possa avaliar o seu despenho. Mas se após comparar as suas respostas com as que encontrar no final do módulo, tem sempre a possibilidade de consultar o seu tutor no Centro de Apoio e Aprendizagem – CAA e discutir com ele as suas dúvidas.

No Centro de Apoio e Aprendizagem, também poderá contar com a discussão das suas dúvidas com outros colegas de estudo que possam ter as mesmas dúvidas que as suas ou mesmo dúvidas bem diferentes que não tenha achado durante o seu estudo mas que também ainda tem.

Conteúdo do Módulo



Cada Módulo está subdividido em Lições. Cada Lição inclui:

- Título da lição.
- Uma introdução aos conteúdos da lição.
- Objectivos da lição.
- Conteúdo principal da lição com uma variedade de actividades de aprendizagem.
- Resumo da unidade.
- Actividades cujo objectivo é a resolução conjunta consigo estimado aluno, para que veja como deve aplicar os conhecimentos que acaba de adquirir.
- Avaliações cujo objectivo é de avaliar o seu progresso durante o estudo.
- Teste de preparação de Final de Módulo. Esta avaliação serve para você se preparar para realizar o Teste de Final de Módulo no CAA.

Habilidades de aprendizagem



Estudar à distância é muito diferente de ir a escola pois quando vamos a escola temos uma hora certa para assistir as aulas ou seja para estudar. Mas no ensino a distância, nós é que devemos planejar o nosso tempo de estudo porque o nosso professor é este módulo e ele está sempre muito bem disposto para nos ensinar a qualquer momento. Lembre-se sempre que “*o livro é o melhor amigo do homem*”. Por isso, sempre que achar que a matéria esta a ser difícil de perceber, não desanime, tente parar um pouco, reflectir melhor ou mesmo procurar a ajuda de um tutor ou colega de estudo, que vai ver que irá superar toas as suas dificuldades.

Para estudar a distância é muito importante que planeie o seu tempo de estudo de acordo com a sua ocupação diária e o meio ambiente em que vive.

Necessita de ajuda?



Ajuda

Sempre que tiver dificuldades que mesmo após discutir com colegas ou amigos achar que não está muito claro, não tenha receio de procurar o seu tutor no CAA, que ele vai lhe ajudar a supera-las. No CAA também vai dispor de outros meios como livros, gramáticas, mapas, etc., que lhe vão auxiliar no seu estudo.

Lição 1

O Estado do Zimbabwe

Introdução

Os dados até hoje disponíveis sugerem que de todas as primeiras organizações políticas que se formaram em Moçambique, o Estado do Zimbabwe foi o mais antigo. Tendo como centro o Grande Zimbabwe, no actual território do Zimbabwe, aquele estado estendeu-se até ao território de Moçambique, particularmente através de Manyikení, que era um dos seus centros regionais..

Nesta lição você vai estudar este antigo estado moçambicano.

Ao concluir esta unidade você será capaz de:



Objectivos

- *Localizar* no tempo e no espaço o Estado do Zimbabwe.
- *Explicar* o processo de formação do Estado do Zimbabwe.
- *Descrever* a organização política, económica e social do Estado do Zimbabwe.

O Estado do Zimbabwe

O Estado do Zimbabwe constitui um dos exemplos típicos de estados que em Moçambique surgiram e/ou desenvolveram o comércio à longa distância com os árabes, primeiro, e com os portugueses e outras nacionalidades, mais tarde.

O estado do Zimbabwe existiu entre 1250 e 1450. Ele foi um dos primeiros, senão mesmo o primeiro a surgir no território que é hoje Moçambique, se bem que a sua maior parte se localizasse no actual Zimbabwe. A palavra “Zimbabwe” (plural *madzimbabwe*), significa casa de pedra e a designação “estado do Zimbabwe” advem do facto de as classes dominantes terem feito rodear as suas habitações por amuralhados de pedra.

Sobre o significado e importância dos madzimbabwe tudo leva a crer que para além da ostentação do poder, eram importantes os instrumentos físicos de domínio de uma classe e sobretudo de protecção. Essas construções eram feitas em zonas altas e rodeadas de construções das populações camponesas. O que sustenta, portanto, este ponto de vista de muitos historiadores.

Como vimos na lição anterior, o estado forma-se tendo como premissas básicas a existência de classes sociais com interesses contrários, o que leva à luta de classes e consequentemente à pertinência de uma força para manter o referido conflito controlável.

No território que é hoje Moçambique, a diferenciação social entre os chefes linhageiros e de clãs e os produtores directos, não apareceu com a prática de comércio com os árabes. Pode-se dizer que esta actividade deu um impulso importante a este fenómeno que já começava a ganhar espaço nas sociedades bantu e acelerou a sua generalização.

As populações que habitavam o planalto Zimbabweano eram da cultura Leopards Kopje baseada na agricultura e na mineração em grande escala e viram a sua evolução para um estado centralizado sob o impulso do comércio a longa distância.

Pois bem, a ligação do surgimento do estado do Zimbabwe com comércio com os árabes não quer significar que antes deles não se praticasse comércio entre os bantu, simplesmente nessa altura esta desenvolveu-se de modo a que não prejudicasse aquela que era a actividade principal- a agricultura.

Neste contexto, a mineração, base desse comércio era praticada em períodos que não comprometiam a agricultura.

Portanto, o comércio não criou o estado do Zimbabwe, mas desempenhou um papel importante para a sua edificação. Foi o comércio que alargou o padrão de consumo e aumentou as ambições territoriais dos chefes. Com efeito, a necessidade de quantidades cada vez maiores de ouro para responder às exigências do comércio fez com que os chefes recorressem às anexações e alianças políticas com outras comunidades. Este processo foi visto como de delimitação das fronteiras do estado do Zimbabwe.

O estado do Zimbabwe não era uma unidade geográfico-administrativa contínua, mas sim uma capital com as características já descritas, apenas com vários centros regionais com igual aspecto.



O Estado do zimbabwe

Na capital – Zimbabwe - estava concentrada grande parte do poder político e económico, de acordo com o testemunho dos vestígios arqueológicos aí encontrados. A diferenciação social era bem nítida no estado do Zimbabwe e manifesta-se hoje através da concentração dos bens de prestígio no interior dos amuralhados, enquanto o exterior se encontra repletos de artigos menos valiosos.

Em Moçambique (actual) encontrava-se localizado o Zimbabwe de Manyikeni, a 50 km de Vilankulo, província de Inhambane. Este foi habitado entre 1170/80 e 1610/70. Mais do que centro de uma dinastia, Manyikeni foi, pela sua localização um importante entreposto comercial que controlava a baía de Vilankulo e permitia o rápido escoamento de mercadorias.

A Decadência do Estado do Zimbabwe

No princípio do século XV o estado do zimbabwe entrou em declínio na sequência do abandono do grande Zimbabwe pela maioria dos seus habitantes. O abandono de Manyikeni esteve, ao que tudo indica, ligado à implantação político-militar portuguesa em Sofala e na ilha de Moçambique bem como na fragmentação do estado Zimbabwe nos estados Butua e Muenemutapa.

Resumo da Lição



Resumo

Nesta unidade você aprendeu

O estado do Zimbabwe constitui a mais antiga forma de organização social de tipo Estado de que existe memória em Moçambique. Seu ponto de origem e centro do Estado localiza-se no território do actual zimbabwe, mas em Moçambique teve uma das suas ramificações em Manyikeni.

O Estado do Zimbabwe foi fundado por povos que praticavam a cultura Leopards Kopje, cuja base económica era a prática de agricultura e mineração.

Formado no século XIII, o Estado do Zimbábwe, entrou em declínio nos meados do século XV, como resultado da combinação de diferentes factores.

Caro estudante, agora que já concluiu o estudo desta lição, vamos em conjunto resolver as questões que lhe são colocadas a seguir:

Actividades



Actividades

1. Os madzimbabwe localizavam-se em zonas altas a volta das quais existia uma cintura humana formada pelas aldeias dos camponeses.
 - Explique a importância dos madzimbabwe tendo em conta a afirmação acima.
2. Interprete o significado da concentração de vestígios de objectos de prestígio no interior dos amuralhados, contrastando com os de menor valia, especialmente instrumentos de trabalho a volta dos mesmos.

Guia de Correção

1. A implantação dos madzimbabwe em zonas altas e rodeadas de aldeias de camponeses tinha por finalidade demonstrar o poder, e eram instrumentos físicos de domínio de uma classe e de protecção.
2. A concentração de vestígios de objectos de prestígio no interior dos amuralhados, contrastando com os de menor valia em redor dos mesmos, é uma amostra da profunda diferenciação social que existia no estado do Zimbabwe.

Muito bem, chegados a esta fase, nada melhor que você sozinho medir o seu grau de assimilação dos conteúdos aprendidos, respondendo as questões abaixo.

Avaliação



Avaliação

1. Os madzimbabwe eram edificadas em zonas altas e rodeadas de construções dos camponeses, porque:
 - a) Para além da ostentação do poder, eram instrumentos físicos de domínio de uma classe e de protecção.
 - b. Estado forma-se tendo como premissas básicas a existência de classes sociais com interesses contrários.
 - c) Os madzimbabwe formaram antes da chegada dos árabes
2. Assinale com um ✓ todas as afirmações verdadeiras sobre o Estado do Zimbabwe
 - a) Em Moçambique a diferenciação social não surgiu com a prática de comércio, mas este deu um impulso a esta diferenciação, que já tinha começado.
 - b) Foi o comércio que criou o estado em Moçambique, pois permitiu o surgimento da diferenciação social.
 - c) O estado do Zimbabwe nunca teve nenhuma relação com o



comércio porque os habitantes do planalto Zimbabweano eram da cultura Leopards Kops.

- d) O estado do Zimbabwe não era uma unidade geográfico-administrativa contínua.
- e) No Grande Zimbabwe estava concentrada grande parte do poder político e económico do Estado.
- f) Testemunhando a profunda diferenciação social os bens de prestígio estavam concentrados no interior dos amuralhados enquanto no exterior se encontravam artigos menos valiosos.
- g) O Grande Zimbabwe localizava-se, a 50 km de Vilankulo e foi entreposto comercial.

Agora que terminou a resolução desta pequena avaliação verifique no fim do módulo se as respostas estão correctas e pode passar para a lição seguinte!

Lição 2

O Estado dos Mwenemutapa

Introdução

Com o declínio do Estado do zimbabwe emergiu a norte das ruínas deste, um novo estado designado por Estado dos Mwenemutapa, nos meados do século XV. Ocupando uma área que se estendia desde o deserto de Kalahari até ao Oceano Índico esta unidade política tornou-se palco de um importante comércio de ouro entre os mercadores estrangeiros e os shona-karanga.

Nesta lição vamos, pois, abordar as principais questões ligadas à formação, organização e decadência deste estado.

Ao concluir esta unidade você será capaz de:



Objectivos

- *Situar* no tempo e no espaço a formação do Estado dos Mwenemutapa.
- *Explicar* o processo de conquista Shona.
- *Descrever* a estrutura social shona-karanga.
- *Explicar* as formas de reprodução do poder nos Mwenemutapa.
- *Analizar* os factores de desintegração dos estados Mwenemutapa.

O Estado dos Mwenemutapa

Formação

O estado de Mwenemutapa nasceu da desintegração do estado do Zimbabwe por volta do ano 1440-1450, quando Mutota juntamente com os seus exércitos invadiu o planalto Zimbabweano vindo fixar-se em Moçambique.

A decisão de Mutota mudar-se para o próximo do rio Zambeze com uma parte da população karanga foi motivada pelos seguintes factores:

- a) **Políticos:** As contradições surgidas entre os chefes dos clãs Rozwi e Torwa pelo controlo do comércio com a costa.



- b) **Económicos:** O Zambeze é uma óptima via de comunicação e de transporte de mercadorias.
- c) **Demográficos:** O aumento populacional numa região pouco fértil, como era a região do grande Zimbabwe.
- d) **Naturais:** A redução do caudal das águas do rio Save, dificultando a comunicação o com a costa.

Formas de Conquista

Como fizemos referência anteriormente, cerca de 1450, Mutota, o chefe das populações Karanga evadindo-se do planalto do Zimbabwe reúne numerosos guerreiros e através de violentas campanhas militares submete a maior parte da população das imediações do Zambeze.

Embora tenhamos feito menção a alguns factores, não são muito claras as razões dessa invasão. Na sequência desta conquista do norte do planalto Zimbabweano pelos exércitos de Mutota, desenvolveu-se entre os rios Mazoe e Luia o centro dum novo estado, chefiado pela dinastia dos Mwenemutapa.

Após a morte de Mutota, tomou o poder seu filho Matope que prosseguiu as acções de conquista, estendendo o seu poder por vários reinos vizinhos. Assim, além do núcleo central, o estado dos Mwenemutapa incluía vários estados vassallos, nomeadamente Sedanda, Quiteve, Manica, Bárue...

Sistema Administrativo

O império dos Mwenemutapa era, como dissemos, uma aliança de tribos Chona que se agruparam sob a autoridade dum chefe da tribo Rowzi. Este reinava como um grande senhor, tendo vários outros reis ou chefes sob a sua autoridade. Estes reis eram obrigados a pagar um imposto anual ao Mwenemutapa.

Cada um deles vivia numa cidade de pedra - Zimbabwe. Os reis vassallos tinham poder administrativo sobre os seus reinos, mas eram obrigados a prestar contas ao senhor máximo, ou seja ao imperador Mwenemutapa.

Os reis tinham também poderes de ordem política, religiosa e judicial, isto é, tinham poderes de cobrar Impostos, julgar questões e manter a ordem e disciplina, mas tudo em nome do Mwenemutapa.

Entre os principais estados vassallos ou subordinados podemos citar Bárue, Quiteve, Manica, Sedanda, etc.

Atenta ao mapa seguinte ilustrando os estados dos Mwenemutapa.

O Império dos Mwenemutapa

Estratificação Social

De uma forma geral, a sociedade chona caracterizava-se pela coabitação no seu seio de dois níveis sócio-económicos distintos: a comunidade aldeã e a aristocracia dominante.

A comunidade aldeã - Era constituída pela maioria da população na qual evidenciavam-se os camponeses.

A aristocracia dominante – composta pelos homens que tinham a seu cargo as tarefas político-administrativas.

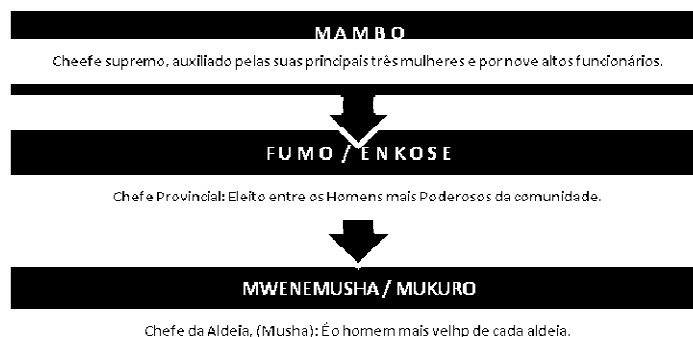
O chefe supremo no estado dos Mwenemutapa era o Mambo, que era coadjuvado nas suas funções pelas suas três principais esposas (Mazarira, Inhahanda e Nambuiza) que realizavam funções importantes na administração, e por nove altos funcionários responsáveis pela defesa, comércio, cerimónias religiosas, relações exteriores, festas, etc.

O Mambo, como chefe supremo, devia tratar com equidistância a todos os súbditos e, nesse sentido, devia desenraizar-se do seu núcleo familiar. É por isso que no acto de entronização o mambo devia praticar o incesto.

O poder do mambo era tão grande que a sua morte era seguida de um ritual em que durante os oito dias de luto que antecederiam a indicação do novo mambo, criava-se um ambiente de caos, com todo o tipo de desacatos que só paravam com a indicação do sucessor, ou seja, o restabelecimento da ordem. Durante este período o estado ficava a cargo de um “substituto interino” designado nevinga e que era morto após consumada a sucessão.

Ao nível mais baixo da administração estava o mukuro ou Mwenemusha que era o chefe da comunidade aldeã. Este era o mais velho da comunidade e o seu poder transmitia-se por herança.

Outras camadas que não faziam parte de nenhum destes grupos eram as dos artesãos que trabalhavam o ouro, o ferro e o cobre; dos comerciantes que faziam a troca dos produtos locais com mercadores árabes e portugueses ambos vindos da costa.



Estrutura Administrativa dos Mwenemutapa

Relações Aristocracia /Comunidade Aldeã.

A articulação entre a Aristocracia Dominante e a Comunidade Aldeã estava baseada em relações de submissão e exploração materializadas pelas obrigações e direitos que cada uma das partes tinha para com a outra. As comunidades aldeãs (mushas) sob a direcção dos mwenemushas, garantiam com o seu trabalho a manutenção e a reprodução social de toda a sociedade Chona. Portanto os camponeses achavam-se numa posição de submissão e de exploração pois estando os chefes isentos das actividades produtivas, cabia aos camponeses fornecer parte da sua produção, como tributo, aos chefes. Portanto os chefes viviam da produção dos camponeses.

Formas de Reprodução ou de Reforço do Poder

Muito bem caro aluno, agora vamos analisar um aspecto importante na vida dos estados de Moçambique, que é perceber como é que os chefes eram aceites pelas comunidades a ponto de lhes pagar tributos e respeitá-los como chefes. De onde obtinham os chefes, tanto poder?

Veja a seguir...

Entre as populações Karanga era muito importante o culto aos antepassados, pois as comunidades karanga acreditavam que a sua vida só podia decorrer normalmente se os antepassados quisessem. A chuva, as doenças, as guerras, tudo dependeria da vontade dos antepassados.

Mas como podiam os Karanga saber aquilo que os antepassados desejam? Era normalmente o Mwenemutapa que servia de intermediário entre os vivos e os antepassados. Além do Mwenemutapa existiam algumas pessoas que o povo acreditava terem poderes especiais para dialogar com os antepassados e essas pessoas eram muito respeitadas.

E como é que ele conseguia provar às massas que ele se comunicava com os antepassados?

Sendo o rei considerado de origem divina, o povo acreditava na divindade de Mwenemutapa até ao ponto de não ver a sua cara quando falava. Sempre que o rei se dirigisse ao povo falava atrás de uma cortina. O povo ouvia a sua voz mas sem ver a cara.

Todo este conjunto de representações que o povo tinha, o sistema tributário e o comércio à longa distância asseguravam a reprodução do edifício social chona e das desigualdades sociais existentes, ou seja, garantiam a lealdade popular à figura do rei.

Quanto ao sistema tributário, embora de carácter simbólico, cada uma das comunidades aldeãs tinha a obrigação de dar qualquer coisa ao monarca regularmente para além da renda em trabalho de sete (7) dias prestados por mês.

No respeitante ao comércio à longa distância, até do ponto de vista económico garantia a importação de produtos asiáticos que na sociedade Chona ascendia à categoria de bens de prestígio (tecidos missangas de vidro, louça de porcelana e de vidro, etc.).

A Decadência

Fundado nos meados do século XV o estado dos Mwenemutapa manteve-se firme até princípios do século XIX, altura em que caiu diante das invasões Nguni. Até esse momento, o estado passou por um processo gradual de desagregação resultante de conflitos internos e da penetração mercantil portuguesa na região.

Os conflitos internos nos mwenemutapa iniciaram logo após a morte de Matope em 1480, resultando das disputas pelo poder e pelo controlo do comércio provocou e que culminaram com a divisão do império.

Esses conflitos agravaram-se devido ao incitamento dos árabes à revolta dos fumos contra o Mwenemutapa. Era objectivo dos árabes que os fumos se tornassem independentes do Mwenemutapa deixando de lhe pagar o tributo em ouro. Assim, os árabes podiam obter dos fumos maiores quantidades de ouro em troca dos panos, missangas e louças que traziam.

Um dos primeiros mambos a declarar-se independente do Mwenemutapa foi o Changa, do reino Butua, um grande guerreiro e hábil dirigente a quem os árabes chamaram "emir", levando a que ele e seus sucessores, passassem a ser conhecidos por Changamire.

As lutas entre os changamire e os mwenemutapa, especialmente os sucessores de Matope, enfraqueceram progressivamente a unidade e a organização do império.

A juntar aos problemas internos, no princípio do século XVI iniciou a fixação dos portugueses em Sofala e na Ilha de Moçambique.

Após a sua fixação, os portugueses, esforçaram-se por expulsar os árabes e tomar o controle do comércio no Índico, além de aproveitar as rivalidades entre os reinos locais para penetrar no interior em busca das minas de ouro.

No entanto, continuavam a existir dois grandes reinos rivais: Changamire e Makaranga. Os Changamire tinham como aliados os reinos de Quiteve, Torwa e Manica. Os Makaranga eram aliados dos Bárue e de Manica(?).

As guerras entre estes dois rivais continuaram durante décadas até que o Changamire Dombo impôs o seu domínio em toda a região do Limpopo até Zambeze e que compreendia os reinos Rozwi e Karanga. Embora não tivesse tomado o título de Mwenemutapa e continuasse a usar o título de Changamire Dombo era na verdade o sucessor dos antigos Mwenemutapa na autoridade que soube manter.

Com o tempo, mais portugueses foram chegando e, pouco a pouco, o comércio recomeçou.



O domínio de Changamire durou até o ano de 1830 aproximadamente, data em que os guerreiros Zulu destruíram as cidades no momento das suas célebres invasões que mais tarde estudaremos.

Resumo da Lição



Resumo

Nesta você aprendeu que

O Estado dos Mwenemutapa forma-se nos meados do século XV na sequência da queda do Estado do Zimbábwe e da migração de povos Shona e sua fixação no norte do planalto zimbabweano.

Para a conquista do território que constituiu o centro do novo estado e dos restantes territórios, Mutota e seu filho e sucessor Matope basearam-se na força militar para subjugar os povos pré-existentes.

A nível da sociedade shona karanga distinguiam-se claramente dois extractos sócio-económicos nomeadamente a comunidade aldeã e a aristocracia dominante.

O poder nos Mwenemutapa tinha como principais fontes de reprodução do poder o aparelho ideológico, o sistema tributário e o comércio a longa distância que asseguravam a lealdade popular à figura do rei.

As lutas pelo poder no seio dos Shona karanga e a penetração do capital mercantil europeu contribuíram, em larga medida, para o fim do estado dos Mwenemutapa.

Caro estudante, agora que já concluiu o estudo desta lição, vamos em conjunto resolver as questões que lhe são colocadas a seguir:

Actividades



Actividades

1. A formação social Shona-Karanga surgiu com base numa expansão resultante da desagregação do Estado do Zimbabwe.
 - a) Refira-se aos factores que estiveram na base desta expansão
 - b) Caracterize a estrutura sócio-económica da formação Shona-Karanga
2. Indique dois aspectos da articulação entre a musha e a Aristocracia Dominante.

Guia de Correção

1. Factores da expansão shona karanga
 - a) As contradições surgidas entre os chefes dos clãs Rozwi e Torwa pelo controlo do comércio com a costa; O aumento populacional numa região pouco fértil, como era a região do grande Zimbabwe; A redução do caudal das águas do rio Save, dificultando a comunicação o com a costa.
 - b) A formação social shona karanga caracterizava-se pela coexistência de dois níveis sócio-económicos a Aristocracia dominante e a comunidade aldeã (musha)
2. Os factores da articulação entre aristocracia dominante e as mushas.

Tributo em géneros

Renda em trabalho

Realização de cerimónias mágico-religiosas

Muito bem, chegados a esta fase, nada melhor que você sozinho medir o seu grau de assimilação dos conteúdos aprendidos, respondendo as questões abaixo.

Avaliação



Avaliação

1. A formação social Shona-Karanga surgiu com base numa expansão resultante da desagregação do Estado do Zimbabwe.
 - a) Situe esta expansão no tempo e indique os espaços abrangidos
2. Indica os limites do Império dos Mwenemutapas.
3. Mencione os estados vassalos do Estado dos Mwenemutapa

Agora que terminou a resolução desta pequena avaliação verifique no fim do módulo se as respostas estão correctas e pode passar para a lição seguinte!

Lição 3

Os Estados Marave

Introdução

Como se lembra, caro aluno, além do Zimbabwe e Muenemutapa fazem também parte dos chamados primeiros estados em Moçambique os Estados Marave. Nesta lição vamos então iniciar o estudo deste grupo de estados que se desenvolveram a norte do rio Zambeze. Tenha bom estudo!



Objectivos

Ao concluir esta unidade você será capaz de:

- *Situar* no tempo e no espaço dos estados Marave.
- *Explicar* o papel da ideologia na conquista phiri caronga.
- *Descrever* a estrutura económica dos Marave.
- *Explicar* a estrutura socio-política e ideológica dos Marave.
- *Identificar* as bases do poder dos Marave.
- *Indicar* os factores da queda dos Marave.

Os Estados Marave

A Formação dos Estados Marave

Os estados Marave começaram a formar-se após a chegada, ao sul do Malawi, de emigrantes, provavelmente oriundos da região Luba do Congo, liderados pelo clã Phiri. Segundo dados arqueológicos afixação dos Phiri-Caronga terá ocorrido entre 1200-1400.

Os povos phiri cuja linhagem dominante era a dos Caronga não constituíram apenas um estado, mas vários, na medida em que registaram-se, entre os invasores, conflitos dinásticos que levaram a fragmentação do clã original e ao surgimento de novas linhagens que se estabeleceram a Oeste, Sul e Sudeste do território ocupado pelos Caronga, dando lugar a novos estados.



Assim, além do estado dos Caronga passaram a existir os Estados Undi, Kaphwiti, Biwi etc., cujo aparelho de estado se confundia com a família reinante e era constituído por indivíduos oriundos do clã original Phiri.

Como é que esses povos migrantes dominaram os povos que aí existiam?

Contrariamente ao estado dos Mwenemutapa, cujo processo de conquista foi de natureza militar, a norte do rio Zambeze entre os povos matrilineares, a ocupação territorial se fez pela conquista da esfera ideológica expressa nos santuários e nos rituais.

Tratou-se, pois, de um processo aparentemente não violento, uma vez que não envolveu acção militar. Foi, sim, um processo pacífico conduzido através da esfera ideológica, por via da absorção gradual dos cultos nativos.

No caso de estado sénior dos Caronga, a mulher espírita do culto Muali foi tornada esposa perpétua do Caronga, enquanto as oficiantes do culto eram substituídas por médiuns masculinos.

No estado Undi, oficiantes nomeados pelos phiri foram colocados junto da oficiante mediúnica do culto Makewana ligado ao clã local. Uma nova categoria de espíritos foi inoculada no panteão: a dos espíritos dos antepassados dinásticos phiri, que passaram a ser venerados não apenas como espíritos mas igualmente e sobretudo como espíritos territoriais. A oficiante do culto era considerada portadora de poderes pluviais, mediúnicos e oraculares e o culto do Makewana tornou-se numa importante força unificadora do estado dos Undi.

No que diz respeito ao estado dos Lundu, o culto da M'bona sofreu o mesmo tipo de transformação, passando a estar mais associado ao culto dos antepassados phiri Lundu. A mulher espírita principiou a ser dada pelo Lundu do espírito m'bana.

O gradual domínio dos territórios, através da absorção e adaptação da ideologia local foi acompanhado pela prática de casamentos com mulheres dos clãs nativos. Por exemplo, o Undi casava com mulheres desses clãs e os filhos dos matrimónios eram designados como chefes. Outras vezes, o Undi reinante casava com uma irmã do chefe local.

Controlando os santuários, introduzindo neles os espíritos dos antepassados dinásticos phiri, casando com mulheres mediúnicas e com mulheres de clã locais, as classes dominantes dos estados Marave deixaram de ser consideradas "intrusas". Através desse processo, subtil, na aparência não violento, era possível controlar o meio de produção fundamentalmente, a terra o que significa que era possível controlar a força do trabalho dos homens e das mulheres.

Há evidência de que, já antes da chegada dos Phiri havia um comércio regular com os Swahili-árabes que penetravam no vale do Zambeze e chegavam até ao Chire. Os phiri passam a monopolizar esse intercâmbio.

A Economia nos Estados Marave

Nos estados Marave a agricultura constituía a base da economia. Em geral era uma agricultura itinerante sobre queimadas, feita com enxada de cabo curto, que tinha como principais culturas a mapira, o milho, a mandioca e leguminosas nas terras altas.

Além da agricultura, os Marave produziam e comercializavam enxada de ferro em grande escala. Nos séculos XVII e XIX, as enxadas de metalurgia Marave constituía um dos produtos mais exportados pelo porto de Quelimane.

Fazia parte das actividades produtivas marave o fabrico e venda de tecidos de algodão chamadas "machiras". A qualidade e quantidade dos machiras eram tão elevadas que até puderam resistir a competição de tecidos de origem indiana. Este facto provocou, com frequência, pânico no seio da coroa portuguesa, pois, pela entrada dos tecidos da Índia, ela recebia muitos lucros resultantes de direitos aduaneiros.

Ainda dos estados Marave, saía também o sal que era adquirido por mercadores Ajaua e Bisa.

Estrutura Sócio-política

Os estados Marave possuíam um aparelho muito complexo, considerando o exemplo do estado de Undi, cujos imensos territórios abrangiam a parte norte da província de Tete. O chefe da aldeia denominava-se Fumo ou Mwene-mudzi, a seguir estava o chefe territorial conhecido por Mwenedziko, por seu turno seguido por um chefe provincial, encarregado de uma série de territórios, conhecido por Mambo e, por fim, no topo - encontrava-se o Undi.

Cada chefe era servido por um conjunto de conselheiros denominados Mbili e havia ainda um corpo de funcionários menores como: Mensageiros, a guarda dos chefes, etc.

Esses chefes todos ligavam-se por laços de parentesco. No entanto as Mwene-mudzi, geralmente eram genitores das matrilineagens locais (núcleo matrilinear básico chamava-se Bele, formado pela mulher e, por incorporação, pelo marido da mulher e pelos maridos das filhas da mulher).

A Ideologia

Quando os phiri chegaram a região entre Chire e Luangua, a população local liderada por diversos clãs como o Banda, praticavam em santuário, cultos relacionados com a fertilidade dos solos, à invocação, ao controlo das cheias, etc.



Esses cultos eram dedicados ora a " entidades supremas" como o culto de Muali ou o culto de chewa de chissumbi, ora à veneração dos espíritos naturais.

Entretanto, para os Marave eram mais importantes os cultos dedicados às entidades supremas. Esses cultos eram, geralmente, realizados por mulheres:

Exemplo: O caso da mulher espírito do culto Muali ou do culto Makewana.

Formas Reprodutivas da Classe Dominante

Tal como sucedia a sul do Zambeze, no caso dos Mwenemutapa e das linhagens satélites, a norte, as classes dominantes dependiam, para a sua reprodução de duas fontes: Em primeiro lugar os tributos diversos cobrados internamente e, em segundo lugar, o comércio à longa distância, nomeadamente o comércio de marfim, o qual representava para os soberanos Marave o mesmo que ouro para os soberanos chona.

No caso do estado dos Undi, a classe dominante recebia tributos regulares: marfim, tabaco, géneros alimentares, partes dos animais caçados pelos súbditos, utensílios de ferro, cestos, esteiras, panos etc. Os súbditos eram obrigados a trabalhar regularmente nas terras dos chefes, a construir as suas casas e a assegurar a manutenção da capital.

Existiam também os tributos de vassalagem que incluíam penas vermelhas de certos pássaros, marfim, peles de leão e de leopardo, as partes comestíveis de certos animais, direitos de trânsito pelas terras, as primícias das colheitas, etc.

O Undi era uma espécie de guardião dos produtos das parcelas que os súbditos eram obrigados a cultivar no "interesse geral". Com o produto de sobretrabalho dos súbditos, o Undi sustentava visitantes, jogos e danças e ajudava os necessitados, tal como acontecia entre os Mwenemutapa. A outra parte de sobreproduto trovava-se por mercadorias produzidas pelos Swahili-Árabes.

Uma terceira categoria de tributos era os rituais. Normalmente os dedicados às primícias das colheitas e as taxas devidas aos chefes pela orientação das cerimónias rituais. Os chefes recebiam ainda taxas pela resolução de disputas e taxas de trânsito pelo território.

A Queda dos Estados Marave

A desintegração e queda dos Estados Marave esteve ligada as lutas no seio dos Phiri com o fim de assegurar o total controlo do comércio do marfim e a interferência cada vez maior dos prazeiros na vida dos Estados Marave originam a expansão Zimba do séc. XVI



O declínio das rotas comerciais Marave que iam até à costa substituídas desde fins do século XVI por duas novas rotas controladas pelos Ajaua, também constitui um dos factores que minou o poder das dinastias e ditou a fragmentação interna da linhagem.

Por outro lado, a desintegração foi intensificada pela penetração de mercadores no fim do século XVIII. Por exemplo Caetano Pereira, com a sua dinastia "Prazeira", assenhorou-se de muitas províncias dos Estados Undi.

Há que ter em conta ainda o aparecimento dos Nguni, que se fixaram na região na sequência do Mfecane em 1835.

O outro factor a ter em conta, foi a penetração mercantil Portuguesa no vale do Zambeze a partir de 1530 e o bloqueio aos Swahili-Árabes.

Resumo da Lição



Resumo

Nesta lição você aprendeu que

Os estados marave foram formados entre os séculos XIII e XV, na região a sul do Malawi, incluindo Tete em Moçambique, por povos vindos da região de Luba, no Congo.

Contrariamente aos shona que desencadearam uma conquista fundada na força, os phiri socorreram-se da dominação ideológica para materializar a conquista.

A economia dos Marave tinha na agricultura de cereais a base de uma economia que incluía também actividades como a produção e comercialização de enxadas de ferro e de tecidos conhecidos por machiras.

A nível social destacavam-se dois extractos sociais bem distintos, nomeadamente a Aristocracia dominante e a comunidade aldeã, cuja articulação assentava numa relação de submissão e subordinação, expressa nas obrigações de cada uma delas.

Tal como entre os shona karanga, o poder dos Marave tinha como principais suportes os tributos, diversos, cobrados internamente, o comércio a longa distância, além do controlo das cerimónias mágico-religiosas.

Caro estudante, agora que já concluiu o estudo desta lição, vamos em conjunto resolver as questões que lhe são colocadas a seguir:

Actividades



Actividades

1. A exploração da esfera ideológica foi um factor determinante na formação e funcionamento dos Estados Marave.
 - Mostre como os factores de ordem ideológica foram determinantes na formação e funcionamento daqueles Estados.
2. Compare a conquista Marave e a dos Shona - Karanga.
3. Nos estados marave existiam vários tributos entre eles:
 - a) Tributos regulares, tributos de vassalagem e tributos rituais;
 - b) Penas vermelhas de certos pássaros, marfim, peles de leão e de leopardo, etc.
 - c) Curva, primícias tributos rituais;
 - d) Curva, tributos de vassalagem e tributos rituais

Guia de Correção

1. Absorção e adaptação da ideologia local acompanhada pela prática de casamentos com mulheres dos clãs nativos. Por exemplo, o Undi casava com mulheres desses clãs e os filhos dos matrimónios eram designados como chefes. Outras vezes, o Undi reinante casava com uma irmã do chefe local.
2. Enquanto a conquista marave foi conduzida por via ideológica, através da absorção e adaptação da ideologia local a conquista shona-karanga desenrolou-se por via militar.
3. a)

Muito bem, chegados a esta fase, nada melhor que você sozinho medir o seu grau de assimilação dos conteúdos aprendidos, respondendo as questões abaixo.

Avaliação



1. A exploração da esfera ideológica foi determinante na formação dos Estados Marave, pois:
 - a) A conquista fez-se através de um domínio gradual dos territórios,



Avaliação

através da absorção e adaptação da ideologia local acompanhada de casamentos com mulheres nativas.

- b) Os habitantes dos estados marave eram matrilineares
 - c) Os marave utilizavam as práticas ideológicas inicialmente usadas pelos mwenemutapa
 - d) A conquista foi por via militar
2. Entre os tributos rituais consistiam em:
- a) primícias das colheitas e taxas pela orientação das cerimónias religiosas.
 - b) taxas pela resolução de disputas e taxas de trânsito pelo território.
 - c) Curva
 - d) Empata

Agora que terminou a resolução desta pequena avaliação verifique no fim do módulo se as respostas estão correctas e pode passar para a lição seguinte!

Lição 4

Os Estados em Moçambique e a Penetração Mercantil Estrangeira

Introdução

A partir do século IX, e durante quase 10 séculos, a História de Moçambique foi marcada pela penetração e actuação de mercadores estrangeiros vindos da Ásia, numa primeira fase e, posteriormente, da Europa, em especial de Portugal. Foi um longo período durante o qual Moçambique esteve ligado ao mundo, mas numa relação estritamente comercial, portanto sem pretensões de exercer domínio político.

Nesta lição vamos, pois, falar destas relações comerciais, começando pela penetração mercantil árabe.

Ao concluir esta unidade você será capaz de:



Objectivos

- *Localizar* geograficamente a origem dos mercadores árabes.
- *Explicar* as razões da expansão árabe pelo mundo.
- *Analisar* o impacto da penetração mercantil árabe-persa.

A Penetração Mercantil Árabe-Persa

A Penetração Mercantil Árabe-persa

Os primeiros mercadores que actuaram em Moçambique foram os árabe-persa, provenientes da Península Arábica e do Golfo-Pérsico.

Razões da Expansão

A fixação dos mercadores árabes em Moçambique ocorreu na sequência da expansão árabes motivada sobretudo por razões económicas e ideológicas, entre as quais:

- a) **A desertificação das terras no país de origem e o superpovoamento** - tornaram a vida das populações difícil, obrigando-as à migração e exercício de comércio internacional.



- b) **Surgimento do Islão** - A necessidade de se alastrar pelo mundo a nova religião surgida, com vista a sua afirmação global.
- c) **Procura de terras férteis** - Para a prática da actividade agro-pecuária pois nas suas regiões de origem não existiam condições para a prática das mesmas.
- d) **Prática do comércio**, baseado em tecidos, missangas e outros produtos.

Locais de Fixação

Inicialmente essas populações estabeleceram-se nas Ilhas de Zanzibar e Pemba. No século XIII os árabes fixaram-se em entrepostos comerciais por eles fundados ao longo da costa, tais como Quíloa, Mombaça, Sofala e Mogadíscio. Estabeleceram-se na costa para poder controlar o comércio com o hinterland e se defenderem das tribos continentais.

Numa segunda fase os árabes penetraram no interior de Moçambique, após terem sofrido um bloqueio económico em Sofala levado à cabo por mercadores portugueses. Angoche passou a servir de feitoria para trocas comerciais com o rio Zambeze como rota mercantil pela qual se escoavam os produtos do hinterland para a costa donde partiam para Arábia Saudita. Assim, surgiu o comércio à longa distância.

O Comércio

O comércio entre os árabe-persas e os povos africanos, envolvia sobretudo o ouro adquirido em terras africanas em troca de bens de prestígio (panos de seda, objectos de vidro, missangas, cobres, bebidas alcoólicas e outras bugigangas) e especiarias.

O ouro era usado para o pagamento das especiarias na Índia com as quais a burguesia local conseguia entrar no mercado europeu de produtos exóticos. Moçambique passou a constituir a principal reserva de meios de pagamento de especiarias (pimenta, canela, etc.).

Os mercadores de origem asiática envolveram-se também, no tráfico de escravos, em grande parte dirigidos para a Arábia e Índia, chegando alguns até à China.

Com o decorrer dos tempos os Árabes chegaram a um estado de prosperidade económica considerável, erguendo ao longo das regiões costeiras grandes cidades que mais tarde transformaram-se em grandes centros comerciais tais como: Mogadíscio, Quíloa, Mombaça, Quelimane e Sofala.



Os entrepostos comerciais árabes na costa oriental africana

Impacto da Actuação do Capital Mercantil Árabe-Persa.

A penetração mercantil árabe em Moçambique colocou em contacto as comunidades de Moçambique e os árabes. Como é natural, desse contacto resultaram influências mútuas nas formas de vida económica política e sócio-cultural. Como é que a penetração árabe se reflectiu nas diversas esferas da vida das comunidades de Moçambique? Veja a seguir!...

No Plano Económico

Uma das consequências da penetração mercantil árabe em Moçambique foi o desenvolvimento do comércio. É certo que já aconteciam trocas comerciais antes da penetração árabe mas o seu volume era bastante reduzido. A partir do contacto com os árabes, as sociedades do norte de Moçambique incrementaram as relações comerciais e entraram definitivamente no comércio internacional.



A penetração árabe levou, igualmente, à introdução de novas plantas e animais que eles traziam ou simplesmente passaram a domesticar. Sendo grandes navegadores – lembre-se que os árabes vieram por mar desde os seus locais de origem até Moçambique – os árabes deixaram também como legado o desenvolvimento das técnicas de navegação e de construção naval.

No Plano Cultural

Certamente, caro aluno, já reparou que a região norte de Moçambique, especialmente ao longo da costa a maioria da população professa a religião islâmica. Pois bem, esse é que é o testemunho de que uma das implicações da penetração mercantil árabe foi a Islamização da costa norte de Moçambique, ou seja, a adopção da religião, hábitos, do vestuário e outras práticas árabes.

A presença árabe levou, igualmente, através da mistura de línguas ao surgimento de novos grupos linguísticos – Naharra na Ilha de Moçambique, Koti em Angoche, Kimwani em Moma, etc.

No Plano Político

No campo político a presença árabe teve, igualmente repercussões, nomeadamente o surgimento dos primeiros estados em Moçambique. Com a expansão comercial e o advento do Islão, esses núcleos da costa estruturaram-se em comunidades políticas como os xeicados e os sultanatos, cujas independências ou subordinações, entre si ou em relação às potências Swahili da costa à norte de Moçambique ou as ilhas Comores, foram variando ao longo do tempo.

Resumo da Lição



Resumo

Nesta Lição você aprendeu que

Movidos por razões de ordem económica e ideológica, homens provenientes do Golfo Pérsico e da península Ibérica, iniciaram por volta do século VI um movimento expansionista que os levou a diferentes regiões da África, incluindo Moçambique. Várias cidades comerciais ao longo da costa oriental de África foram edificadas no contexto dessa expansão.

Em Moçambique, a penetração mercantil reflecte-se hoje numa nas formas de vida económica, política e social das comunidades situadas ao longo da costa norte do país.

Caro estudante, agora que já concluiu o estudo desta lição, vamos em conjunto resolver as questões que lhe são colocadas a seguir:

Actividades



Actividades

1. A primeira fase da penetração do capital mercantil correspondeu à primeira etapa de integração da Costa Oriental Africana no comércio internacional.
 - a) Identifique os principais intervenientes desta fase.
2. Há quem diga que "o comércio teria criado a exploração nos «estados Moçambicanos»".
 - Concorda com esta afirmação? Justifique a sua resposta.
3. Aponta os vestígios da influência dos primeiros mercadores em Moçambique

Guia de Correção

1. Eram os árabes e as formações políticas africanas
2. Não foi o comércio que criou a exploração em Moçambique. Já antes da penetração estrangeira ocorriam algumas formas de exploração sobretudo através dos impostos.
3. Entre os vestígios da penetração mercantil árabe podem se apontar:
 - Introdução de novas plantas e animais
 - Desenvolvimento das técnicas de navegação e de construção naval.
 - A Islamização da costa norte de Moçambique, ou seja, a adopção da religião, hábitos, do vestuário e outras práticas árabes.
 - Surgimento de novos grupos linguísticos – Naharra na Ilha de Moçambique, Koti em Angoche, Kimwani em Moma, etc.

Muito bem, chegados a esta fase, nada melhor que você sozinho medir o seu grau de assimilação dos conteúdos aprendidos, respondendo as questões abaixo.

Avaliação



Avaliação

1. Os primeiros mercadores que actuaram em Moçambique foram os árabe-persa, provenientes da:
 - a) Índia e Arábia
 - b) Península Arábica e do Golfo-Pérsico.
 - c) Império Persa
2. A expansão e fixação dos árabes em Moçambique foram motivadas por razões económicas e ideológicas como:
 - a) A difusão do cristianismo na Europa
 - b) Surgimento do Islão, desertificação das terras e o superpovoamento
 - c) Procura de terras férteis e Prática do comércio, baseado em tecidos, missangas e outros produtos.
 - d) As guerras que abalavam os seus locais de origem

Agora que terminou a resolução desta pequena avaliação verifique no fim do módulo se as respostas estão correctas e pode passar para a lição seguinte!

Lição 5

A Penetração Mercantil Europeia

Introdução

Nos finais do século XV, após cerca de cinco séculos de presença árabe em Moçambique, iniciou uma nova vaga de mercadores estrangeiros – os mercadores europeus, em particular, portugueses. Ao longo de quase quatro séculos os portugueses estiveram envolvidos no comércio de ouro com os shona do estado dos Mwenemutapa, de marfim com os marave e de escravos com as formações políticas do Vale do Zambeze e os reinos afro-islâmicos da Costa. Será, pois, em torno deste processo que iremos nos debruçar ao longo desta lição.

Ao concluir esta unidade você será capaz de:



Objectivos

- *Descrever* o avanço dos portugueses no território dos Mwenemutapa.
- *Indicar* as fases do comércio de ouro nos Mwenemutapa.
- *Caracterizar* as relações entre os portugueses e os árabes.
- *Explicar* o impacto do comércio do ouro entre os Mwenemutapa.

A Penetração Mercantil Portuguesa

O primeiro contacto entre os portugueses e as gentes de Moçambique data de 1498 com a chegada de Vasco da Gama, no âmbito da expansão europeia. Portanto não se tratou de uma acção premeditada que levou os portugueses a Moçambique, pois foi na busca do caminho marítimo para Índia que pararam casualmente no nosso país.

Nessa sua passagem por Moçambique, os portugueses testemunharam o intenso comércio de ouro que os árabes faziam com as populações de Moçambique, o que criou o interesse daqueles pelo referido comércio.

No início do século XVI, o interesse dos portugueses pelo comércio levou-os a iniciar o processo da sua fixação no território. Pelo que em 1505 fixam -se em Sofala e em 1507 na Ilha de Moçambique.

A fixação dos portugueses em Sofala e Ilha de Moçambique tinha por finalidade assegurar o controlo das rotas comerciais.



Esta fixação provocou tensão entre os árabes e os próprios portugueses pelo controlo do comércio, mas até finais do século XVI os árabes detêm a supremacia no comércio com os shona.

A reacção dos árabes à fixação portuguesa em Sofala e Ilha de Moçambique foi a abertura de uma nova rota comercial dos Mwenemutapa para Angoche, o que levou, em 1511, a um ataque português, mal sucedido, que não foi capaz de pôr termo às actividades árabes no sultanato, continuando a fazer comércio com os Mwenemutapa.

Até 1530 os mercadores portugueses tentaram, sem êxito, lutar, não só contra o bloqueio que lhes foi movido pelos árabes que transformaram Angoche num novo centro de escoamento de ouro, mas também contra o bloqueio de certas dinastias shona à passagem das mercadorias da costa para o interior. Só a partir desta data é que os portugueses decidiram penetrar no vale do Zambeze a fim de ir ao encontro das fontes de produção, construindo feitorias em Tete e Sena (1530) e Quelimane em 1544. Tratava-se, agora, não da tentativa de controlo das vias de escoamento de ouro, mas do acesso as zonas produtoras.

Neste período, inicial, a penetração portuguesa no interior tinha em vista montar um sistema de alianças com as classes dominantes locais, de forma a criar condições favoráveis da actuação do capital mercantil. Numa primeira fase a aliança visava eliminar a concorrência dos mercadores árabes e conseguir o reconhecimento do capital mercantil português como único parceiro no comércio.

Mesmo após a resistência árabe ter sido neutralizada, a aliança com a aristocracia shona, se bem que tenha sido num contexto diferente, permaneceu uma necessidade estratégica.

Para atingir os seus objectivos, os portugueses adoptaram um sistema de alianças com a aristocracia shona, mas em finais do século XVI a aliança não era ainda suficiente para pôr em causa a autoridade do Mwenemutapa. Pelo contrário a aristocracia possuía uma margem de manobra e de iniciativa bastante lata daí que os agentes portugueses subordinam-se aos imperativos sociais e ideológicos dos Shona.

Os elementos fundamentais da supremacia shona sobre os mercadores estrangeiros manifestavam-se no pagamento da *curva* e da *empata* e na observância do ritual “descalçar, tirar o chapéu, estar desarmado e bater palmas para entrar na corte” em sinal de respeito ao rei.

Neste processo a ajuda militar concedida pelos portugueses ao Mwenemutapa parece ter desempenhado um papel de relevo face à insurreição interna liderada por Matuzianhe, que se fez cabeça de todos os levantamentos, intitulando-se rei de Makaranga.

O Mwenemutapa vendo que os seus inimigos se multiplicavam e não cessavam de o perseguir pediu apoio aos portugueses de Sena. Em 1607, e em troca de apoio militar para fazer face as revoltas internas, o mambo reinante, Gatsi Lucere, começa a ceder terras aos portugueses.

A cedência de Gatsi Lucere iniciou uma fase de aliança entre os shona e os portugueses. Entretanto nem todos os integrantes da corte eram favoráveis às concessões feitas aos portugueses. Assim quando Caprazine, da facção que se opunha aos interesses portugueses, subiu ao trono em 1627, tentou retirar os privilégios destes.

A posição do novo rei em relação aos portugueses levou a que este fosse, por estes, deposto e substituído por uma pessoa mais disposta a preservar os interesses dos portugueses – Mavura.

Em 1629 Mavura foi baptizado com o nome de Dom Filipe e declarou-se vassalo de Portugal. Assinou um tratado que garantia aos portugueses a livre circulação de homens e mercadorias, que se achavam isentas de qualquer tributo; a obrigatoriedade de Mwenemutapa consultar o capitão português de Massapa antes de tomar qualquer decisão; a permissão para os mercadores entrarem na corte de Mwenemutapa sem respeitar o protocolo e a autorização para a construção de igrejas.

Mais ainda nos finais do século XVII uma guarnição de 50 soldados portugueses passou a residir no Zimbabwe do Mwenemutapa. Estavam deste modo estabelecidas formalmente as relações de dependência do Mwenemutapa para com os portugueses.

O Processo de Mineração

O trabalho de mineração era geralmente organizado no quadro das relações de parentesco e da divisão das tarefas no decorrer do processo produtivo fazia-se de acordo com esse quadro. Eram sobretudo mulheres e crianças que trabalhavam nas minas ou, pelo menos, cabiam-lhes as tarefas mais duras e perigosas, nomeadamente a de penetrar nas escuras galerias à procura de ouro. O trabalho nas minas provocou a fuga de comunidades inteiras, particularmente nas áreas mineiras.

Entretanto, o capital mercantil, apesar dos aluimentos e das fugas de comunidades, submetia cada vez mais a produção ao valor de troca, numa sociedade em que antes predominara a produção de valores de uso. Portanto as pessoas passaram a ser obrigadas a dedicar mais tempo a mineração em prejuízo das actividades viradas para a subsistência.

Impacto da Penetração Mercantil Portuguesa

Como viu, caro aluno, com a penetração mercantil portuguesa a mineração passou a ser feita em prejuízo da agricultura e outras actividades de subsistência contribuindo para a erosão da economia natural das mushas;

Outra consequência do comércio do ouro é que ele despoletou lutas clánicas pelo controle do comércio com os portugueses, visto tratar-se de uma fonte de obtenção de bens de prestígio. As distensões internas que



culminaram com a aliança dos Mwenemutapa aos portugueses, iniciando a desintegração do estado tinham como principal motivação o controle do comércio do ouro.

A penetração mercantil portuguesa levou também ao surgimento de novas unidades políticas cuja classe dominante era formada por mercadores portugueses estabelecidos como proprietários de terras, que haviam sido doadas, compradas ou conquistadas (PRAZOS)

A Rebelião de Changamire Dombo em 1693

Em 1693, como resultado do descontentamento que se instalou no estado perante o novo quadro criado pelo acordo de 1629, Changamire Dombo, a convite do mwenemutapa Nhacunimbite encabeçou um levante armado que levou a derrota dos portugueses e sua expulsão do estado. Com estes acontecimentos terminava a fase do ouro e iniciava a do marfim. Paralelamente, a dinastia dos Changamire impôs o seu poder alargando, territorialmente, o estado e substituindo a velha dinastia dos Mwenemutapa. O novo Mambo colocado no poder ficou proibido de reatar as relações comerciais com os portugueses. Marcando-se desta forma o fim do ciclo do ouro.

Resumo da Lição



Resumo

Nesta lição você aprendeu que

A penetração mercantil portuguesa em Moçambique teve início nos primórdios do século XVI com a fixação dos portugueses em 1505 em Sofala e 1507 na Ilha de Moçambique que desencadeou lutas com os árabes pelo controle do comércio e prolongou-se até finais do século XVII, tendo como marco a revolta de Changamire Dombo de 1693.

Ao longo deste período destacam-se dois principais períodos: o primeiro que compreende todo o século XVI, marcado por tentativas mal sucedidas dos portugueses de controlar o comércio e o segundo que se desenrola entre 1629 e 1693 marcado pelo controle do comércio do ouro pelos portugueses. Entre estes períodos houve ainda uma fase de transição entre 1607 e 1629 durante a qual os portugueses foram paulatinamente assumindo supremacia na região.

Em 1693 como resultado do descontentamento provocado pelo acordo de 1629, Changamire Dombo, encabeçou um levante armado que levou a derrota dos portugueses e sua expulsão do estado, pondo fim a fase do ouro e da dinastia dos Mwenemutapa dando lugar a dos Changamire.

Na sequência da penetração mercantil portuguesa assistiu-se entre os shona a erosão da economia natural das mushas, lutas clânicas pelo controle do comércio com os portugueses e ao surgimento dos prazos.

Caro estudante, agora que já concluiu o estudo desta lição, vamos em conjunto resolver as questões que lhe são colocadas a seguir:

Actividades



Actividades

1. Quem comandou a primeira expedição que passou por Moçambique?
 - a) Mouzinho de Albuquerque
 - b) Vasco da Gama
 - c) Gonçalo da Silveira
 - d) Lourenço Marques
2. Caracterize as relações entre os portugueses e os Mwenemutapa entre 1505 e 1607.
3. O poder dos Mwenemutapa ficou particularmente abalado com o tratado de 1629
 - a) Indique três obrigações impostas pelo acordo de 1629, pelos portugueses à Aristocracia do Mwenemutapa
 - b) Explique as causas do levantamento armado, de Changamire Dombo, de 1693 contra os portugueses.

Guia de Correção

1. b)
2. Entre 1505 e 1607 assistiu-se a esforços continuados dos portugueses de controlar o comércio dos mwenemutapa, num âmbito de relações quase sempre hostil.
3. a) Garantia aos portugueses da livre circulação de homens e mercadorias; a obrigatoriedade de Mwenemutapa consultar o capitão português de Massapa antes de tomar qualquer decisão; a permissão para os mercadores entrarem na corte de Mwenemutapa sem respeitar o protocolo; a autorização para a construção de igrejas, cantinas, etc.
b) O levantamento de 1693 foi motivado pelo descontentamento que se instalou no estado perante o novo quadro criado pelo acordo de 1629.

Muito bem, chegados a esta fase, nada melhor que você sozinho medir o seu grau de assimilação dos conteúdos aprendidos, respondendo as questões abaixo.

Avaliação



Avaliação

Assinale com ✓ a resposta correcta

1. Quando e onde inciou a fixação dos portugueses em Moçambique, que marcou o início do ciclo do ouro?
 - a) 1498 em Inhambane
 - b) 1505 em Sofala
 - c) 1507 na Ilha de Moçambique
 - d) 1544 na Baía da Lagoa

2. Qual era o objectivo dos portugueses ao se fixar em Sofala e Ilha de Moçambique no início do século XVI?
 - a) Assegurar o controlo das rotas comerciais.
 - b) Criar fortalezas e feitorias
 - c) Explorar o potencial turístico da região
 - d) Controlar os locais de produção de ouro

3. Assinale com um **V** as afirmações verdadeiras e **F** as falsas sobre o ciclo do ouro.
 - a) A fixação dos portugueses em Sofala e Ilha de Moçambique provocou tensão entre os árabes e os portugueses
 - b) A chegada dos portugueses no início do século XVI pôs de imediato fim a supremacia dos árabes no comércio com os shona
 - c) Reagindo à fixação portuguesa em Sofala e Ilha de Moçambique os árabes abriram uma nova rota comercial com saída em Angoche
 - d) Ataque português a Angoche em 1511 pôs termo às actividades árabes no sultanato
 - e) Até 1530 os mercadores portugueses enfrentavam em simultâneo o bloqueio movido pelos árabes e o bloqueio de certas dinastias shona à passagem das mercadorias da costa para o interior.
 - f) Na tentativa de controlar as zonas produtoras, a partir de 1530 os



portugueses decidiram construir feitorias em Tete e Sena.

4. Assinale com **V** as afirmações verdadeiras e **F** as falsas
- a) A dependência dos Mwenemutapa em relação aos portugueses começou em 1607 quando, em troca de apoio militar, o mambo Gatsi Lucere, começou a ceder terras aos portugueses.
 - b) A partir de 1627, após a morte de Gatsi Lucere, Caprazine deu a continuidade da política de Lucere na relação com os portugueses.
 - c) O acordo de 1629 entre Mavura e os portugueses consolidou a dependência dos wenemutapa em relação aos portugueses.
 - d) Apesar do acordo de 1629 o Mwenemutapa era soberano para tomar qualquer decisão sobre a vida do estado.
 - e) O trabalho de mineração era organizado no quadro das relações de parentesco em que cabia às mulheres e crianças as tarefas mais duras e perigosas, como a de penetrar nas escuras galerias à procura de ouro.
 - f) Com a progressiva implantação do capital mercantil, as pessoas passaram a ser obrigadas a dedicar mais tempo a mineração em prejuízo das actividades viradas para a subsistência.

Agora que terminou a resolução desta pequena avaliação verifique no fim do módulo se as respostas estão correctas e pode passar para a lição seguinte!

Lição 6

Os Prazos da Coroa

Introdução

A penetração mercantil e político-militar dos portugueses no estado dos Mwenemutapa deu lugar a uma nova instituição: os prazos da coroa.

Nesta lição vai estudar como surgiu esta instituição, e qual era a sua organização económica, política e social.

Ao concluir esta unidade você será capaz de:



Objectivos

- *Explicar* os mecanismos de obtenção de terras pelo prazeiros.
- *Explicar* o contexto do surgimento dos prazos.
- *Descrever* a estrutura politico-administrativa dos prazos.
- *Caracterizar* a relação entre prazos e coroa Portuguesa.
- *Explicar* as razões de desintegração do sistema de prazo.

Os Prazos da Coroa

Os Prazos da Coroa

A palavra prazo, foi usada a partir do séc XIV para designar pequenas unidades políticas estruturadas dentro do império dos Mwenemutapa por mercadores de origem portuguesa e indiana. A ocupação das terras seguiu três vias principais:

- Doações dos chefes africanos ao governo português;
- Conquista militar por parte de alguns mercadores ricos e;
- Compra aos chefes africanos pelos mercadores.

O sistema de prazos existiu apenas na região do Zambeze, entre Tete e Sofala nos séc. XVI e XVII.



Por qué os Prazos

A razão que levou Portugal a criar os prazos foi o facto de aqueles que eram exilados para Moçambique, tal como as autoridades administrativas e os soldados enviados para lutar contra o mwenemutapa, se apoderarem de grandes terras onde exerciam o seu poder absoluto sem prestar contas a ninguém. Desta situação, que não convinha ao rei de Portugal, pois perdia benefícios económicos e políticos, nasceu a ideia de mandar contingentes de pessoas a Moçambique, a quem concediam uma parcela de terreno uma medida que vinha acelerar a dominação colonial com o incremento do povoamento branco.

O concessionário era obrigado a residir no prazo, a pagar um foro e a fornecer tropas as autoridades portuguesa em caso de necessidade. A terra era concedida por um período de duas a três vidas findo o qual, a terra voltava à coroa, podendo continuar na mesma família, em novo prazo de três vidas com novo foro, se tivesse sido convenientemente administrada. A sucessão era feita por linhagem feminina e os herdeiros eram obrigados a casar com brancos ou seus descendentes.

O que de princípio se pretendeu criar, quer em Moçambique quer na Índia foi a exigência de renovação das concessões de três em três gerações com a sucessão se fazendo por via feminina em caso de morte dos titulares. Este esquema enquadrava-se na perspectiva de levar a Moçambique mulheres portuguesas de modo a garantir a continuidade da raça branca, evitando casamentos entre homens brancos e mulheres negras.

Desde o seu surgimento, os prazos, enfrentaram uma série de dificuldades, pelas seguintes razões:

- Muitos dos prazeiros eram cadastrados; em Moçambique estavam cumprindo penas de degredo e como tal não representavam os interesses da coroa portuguesa em Moçambique;
- Pouco numerosos, os prazeiros não podiam cumprir a missão de promover a cultura europeia em Moçambique, pelo contrário acabaram eles por se africanizar;
- A autoridade portuguesa estabelecida na costa era impotente para impor a lei aos prazeiros cujo poder militar crescia continuamente;
- Muitas terras tinham sido ocupadas com esforço individual dos prazeiros e sem qualquer apoio da coroa portuguesa;
- A autonomia dos prazos era quase absoluta.

Deste quadro resultou que, se bem que inicialmente se tenha conseguido um êxito parcial, com o passar do tempo os prazos evoluíram numa direcção totalmente diferente da prevista, funcionando exclusivamente em benefício dos próprios prazeiros no lugar de se guiar pelos interesses da monarquia portuguesa. Os prazeiros foram assim aumentando os seus benefícios pessoais, o seu poder político-militar nas suas terras e

estabelecendo-se o mais possível de modo a fazer frente tanto aos ataques dos chefes locais, como das próprias autoridades portuguesas.

Estrutura dos Prazos

A estrutura do prazo era bastante simples. No topo encontrava-se o senhor prazeiro, dono e senhor do prazo. Era responsável pela fixação dos impostos a ser pagos pela população do prazo e arredores, pela justiça no prazo, possuía os seus exércitos.

O senhor prazeiro era servido por uma enorme massa de escravos divididos em dois grupos:

1. **A-chicunda** - com a função de garantir a defesa do prazo, organizar operações de caça ao escravo nas formações vizinhas, cobrar impostos, etc;
2. **Escravos domésticos** - afectos a agricultura, mineração e a indústria ligeira local.

A economia do prazo estava baseada em acções de pilhagem conduzidas contra territórios vizinhos, bem como, no comércio de escravos, peles e marfim.

Tentativas de Regulamentação do Sistema de Prazos

O quadro descrito sugere que os prazos desde o seu surgimento não responderam aos anseios da coroa portuguesa e como tal o governo enceta acções convista a disciplinar e exercer um controlo sobre a actividade dos prazeiros, tendo para o efeito publicado leis visando reformar o sistema.

A primeira reforma foi publicada em 1667 mas os seus resultados foram praticamente nulos, pois os prazeiros continuaram a não pagar os foros à coroa portuguesa e a administrar os prazos como bem entendiam.

A segunda tentativa de regular os prazos ocorreu em 1760 quando o governo português decidiu que:

- Os prazos não deviam ter mais de 3 ou 4 léguas quadradas e caso fossem atravessados por um rio ou possuissem um terreno mineiro não deveriam exceder a 1 légua;
- A partir de então os prazos só deveriam ser autorizados pelo governo de Lisboa depois de um período experimental de quatro anos;
- Os prazeiros deveriam permitir a fixação de outros europeus dentro dos seus terrenos;

- Os prazeiros deveriam contribuir na manutenção dos fortes, na construção de estradas e travessias de pontes e contribuir em homens e armamento para as expedições militares.

Apesar da publicação deste rigoroso regulamento os prazeiros continuaram relutantes em aceder a qualquer das exigências portuguesas.

Decadência dos Prazos

Na primeira metade do século XIX os prazos entraram numa fase de regressão na qual ocorreu o desaparecimento de muitos prazos, motivado por factores internos aos próprios prazos bem como a factores externos que se juntaram aos primeiros. Entre esses factores há a destacar o comércio de escravos, encetado em grande escala na 2ª metade do século XVIII no vale do Zambeze e, a partir de 1830, os ataques dos Nguni do estado de Gaza.

Com o desenvolvimento do tráfico de escravos, os prazeiros exportavam os camponeses, de quem dependia a produção de víveres, e mais tarde, com o aumento das exigências em escravos acompanhado do esgotamento dos primeiros, começaram a exportar os a-chicunda cuja função principal consistia em proteger militarmente os prazos e em depredar as sociedades vizinhas.

Como consequência, os cativos em fuga, organizaram bandos predatórios que atacavam os prazos e destruíam as redes comerciais do sentão.

A situação agravou-se quando forças militares Nguni, começaram a efectuar "raids" à Sena, Manica Bárué e Luabo, capturando camponeses, apoderando-se de mulheres, queimando povoações, cobrando tributos.

Esses dois fenómenos suscitaram um extenso despovoamento em todo o vale o que, a partir de 1830 a maioria dos prazos se tornou vulnerável às invasões de chefaturas e de estados que os senhores de terras tanto tinham sacrificados ao comércio de escravos desde 1750.

Assim, forças do Bárué, começaram a atacar regularmente vários prazos em busca de alimento.

Entre 1820 e 1835, o exército do muenemutapa reinante atacou alguns prazos situados na margem esquerda do Zambeze.

Entretanto, por volta de 1840 os Nguni de Gaza tinham ocupado 28 dos então existentes 46 prazos. Nos prazos não afectados pelos ataques, os seus arrendatários foram obrigados a pagar tributos periódicos aos guerreiros Nguni. De cobradores impiedosos do "mussoco" os senhores de prazos tinham-se tornado seus pagadores.

Este fracasso deveu-se também a duas razões fundamentais:



- Os portugueses agiram mais pela necessidade de controlar uma situação do que dentro de um plano de colonização bem elaborado.
- A resistência a este sistema foi sempre muito grande.

Resumo da Lição



Resumo

Nesta Lição você aprendeu

Os prazos tiveram sua origem no império dos Mwenemutapa, quando os mercadores ocuparam terras doadas, conquistadas ou compradas.

Os prazos pretendiam ser uma instituição da coroa portuguesa, mas nunca chegaram a sê-lo efectivamente. Tal deveu-se à insubordinação dos prazeiros em relação a coroa portuguesa.

O tráfico de escravos, antes, base do poder dos prazeiros tornou-se depois factor de desintegração dos mesmos aliados às invasões nguni e do que restava dos Mwenemutapa.

Caro estudante, agora que já concluiu o estudo desta lição, vamos em conjunto resolver as questões que lhe são colocadas a seguir:

Actividades



Actividades

1. No âmbito da penetração mercantil portuguesa surgiram no vale do Zambeze novas unidades políticas designadas prazos.

-Indique três modalidades de aquisição de terras que deram origem ao sistema dos prazos.

2. Os mercadores que conquistaram terras no território dos Muenemutapa passaram um período de tensas relações com a coroa portuguesa.

-Explique a origem das tensões havidas.

3. A instituição do sistema de prazos em Moçambique redundou num fracasso.

-Explique a principal consequência do tráfico de escravos para os prazos.

Guia de Correção

1. As terras foram doadas pelo mambo, compradas ou tomadas com recurso a força militar.



2. As tensões entre a coroa e os prazeiros resultaram do facto de os prazeiros terem ocupado as terras por conta e risco próprio e por isso não aceitarem submeter-se às exigências da coroa.
3. Para os prazos o tráfico de escravos constituiu um dos factores para a sua desagregação na medida em que os prazeiros começaram a vender os a-chikunda que eram o seu braçoarmado

Muito bem, chegados a esta fase, nada melhor que você sozinho medir o seu grau de assimilação dos conteúdos aprendidos, respondendo as questões abaixo.

Avaliação



Avaliação

Assinale com X a alínea correcta, nas perguntas que seguem:

1. A ocupação das terras que deram origem aos prazos no vale do Zambeze foi através de:
 - a) Doação do mambo, compra e conquista militar
 - b) Distribuição das terras pela coroa portuguesa aos mercadores,
 - c) Acordos entre os mercadores portugueses e árabes
 - d) Requerimento às autoridades localidades

2. Entre as causas do fracasso do sistema de prazos em Moçambique podem se apontar.
 - a) Os prazos localizavam-se em regiões do interior, longe do alcance das autoridades.
 - b) Portugal era impotente para impor a lei e as terras foram ocupadas, sem apoio da coroa;
 - c) Os chefes africanos defendiam sempre os prazeiros
 - d) A coroa portuguesa fazia poucos investimentos nos prazos.

3. Tráfico de escravos foi uma das causas do declínio dos prazos porque:
 - a) Comércio de escravos criou conflitos entre os prazeiros
 - b) Os prazeiros não conseguiram acompanhar o movimento da abolição
 - c) Os prazeiros começaram também a vender os a-chicunda;
 - d) Os escravos eram vendidos abaixo do seu real valor.

Agora que terminou a resolução desta pequena avaliação verifique no fim do módulo se as respostas estão correctas e pode passar para a lição seguinte!

Lição 7

O Comércio do Marfim

Introdução

A rebelião de Changamire Dombo de 1693, fez com que muitos portugueses fugissem para Tete, Sena e Quelimane e, mais tarde, com que o sistema de prazos fosse estendido para o norte do Zambeze. Por outro lado este levante levou à diminuição da comercialização do ouro, passando a ser o marfim o produto mais procurado.

Siga atentamente a lição para ver como é que se desenrolou o comércio de mais esta mercadoria procurada pelos mercadores no nosso país durante o período mercantil.

Ao concluir esta lição você será capaz de:



Objectivos

- *Explicar* a importância do marfim para as aristocracias maraves.
- *Relacionar* o comércio marfim com as rivalidades interdinásticas nos marave.
- *Descrever* as relações entre os mercadores portugueses e indianos.
- *Identificar* as principais regiões de tráfico de marfim.

A Rebelião de 1693 e o Seu Impacto

A Importância do Marfim

Tal como o ouro para a classe dominante chona, o marfim representava para os phiri uma das suas principais fontes de reprodução e também garantia de lealdade política a uma corte numerosa, pois com este obtinham-se panos, missangas, objectos de porcelana, etc., que circulavam nos marave como bens de prestígio. A importância do marfim explica, em parte, o ambiente de rivalidades entre os estados marave.

Um dos conflitos ligados ao comércio do marfim eclodiu quando os portugueses bloquearam o acesso aos phiri dos produtos trazidos pelos mercadores swahili e árabe a partir de Angoxe.



Por outro lado os Caronga e Lundu estavam em frequentes rivalidades pela obtenção de bens de prestígios que garantiam a lealdade política, devido ao bloqueio imposto pelos Lundu às mercadorias destinadas aos Caronga, aproveitando a sua situação estratégica no Chire. A situação era mais ou menos idêntica a que permitia ao Inhamunda do Quiteve e de Sedanda interceptar mercadores saídos de Sofala para o Mwenemutapa e para o changamire nos anos 1505-1530.

O bloqueio Lundu ao comércio Caronga levou a uma intervenção militar conjunta dos portugueses e dos caronga contra os Lundu. Como resultado desta ofensiva teve lugar a chamada expansão Zimba ou expansão Nyanja que foi um extenso movimento migratório Lundu rumo a leste e nordeste causado aparentemente pelas razões acima indicadas (bloqueio mercantil-militar português e conflitos inter dinásticos).

A Expansão Nyanja

No âmbito da expansão nyanja, os guerreiros Nyanja de Lundu expandiram-se pelo território Lómuè chegaram a Angoxe, passaram pela Macuana e continuaram para o norte, passando por Quénia. A expansão, acompanhada por actos de destruição, punha em causa o interesse mercantil português no vale do Zambeze, Quelimane e Ilha de Moçambique.

O impacto da expansão:

- A existência de chefes que se dizem descendentes dos Ma-rundu em Pemba, Matibane e Angoxe;
- A designação Maganja da Costa que sugere ligações com os maganjas, um sub grupo nyanjas;
- Existência de marcas do culto M'bona, na Maganja da Costa;
- Abertura de uma rota comercial (Chire-mussiril) favorável em especial aos Lundu que instalaram um chefe Phiri como dirigente de alguns pequenos reinos para melhor controlo da rota.

Em 1622, uma aliança militar entre os portugueses e os Caronga levou à derrota dos Lundo, passando os Phiri Caronga a controlar a rota Chire-mussiril. Esta aliança deu aos portugueses mais facilidades de manobra política no vale do Zambeze, embora a sua influência não fosse tão ampla e corrosiva como no caso do Mwenemutapa. Entretanto, em 1632 os portugueses enfrentaram uma sublevação militar em Quelimane conduzida pelo chefe cheua, Muzura e por Caprazine que fora deposto nos mwenemutapa. Esta revolta foi sufocada graças a uma expedição militar proveniente da Ilha de Moçambique.

Desde a sua fixação em Moçambique os portugueses tinham como fontes de rendimentos a cobrança de taxas aduaneiras em Quelimane e Ilha de Moçambique e o comércio. O surgimento dos prazos foi devido simplesmente a acção de mercadores particulares, mas Portugal procura transformá-los em feudos, obrigando os prazos a pagarem foros, o que dificilmente podia surtir efeitos positivos.

Esta tentativa fracassou por um lado devido a fraca capacidade administrativa-militar portuguesa, e, por outro lado, por serem os prazeiros que impunham a lei no vale do Zambeze, que aliás tinham conquistado por conta e risco próprios, sem qualquer apoio da coroa portuguesa.

Deste modo a coroa portuguesa restava como fonte de rendimento a cobrança de taxas alfandegárias na Ilha de Moçambique, Ibo, Quelimane, Sofala, Inhambane e Lourenço Marques.

Enquanto os prazeiros viviam no vale do Zambeze, a Coroa portuguesa vivia nas alfândegas.

A maior parte da riqueza acumulada, era transportada para a Índia (Goa, Diu, etc), onde se formara uma elite colonial, ou para Lisboa nos baús dos nobres para ser investida em bens de raiz (terras, prataria, conchas, etc); o que chegava a Portugal, destinado à coroa, saía logo a seguir para outros países como pagamentos dos cereais importados.

A Penetração do Capital Mercantil Indiano

Se o grosso da riqueza acumulada em Moçambique ia para Goa, é porque era através de Goa que a Coroa portuguesa administrava Moçambique. O capitão-general de Moçambique que, as vezes, servia como Governador, não se subordinava directamente ao Rei português, mas sim através do Vice-Rei português em Goa.

Este vínculo entre Moçambique e Índia levou a que, a partir do século XVII, comesçassem a chegar a Moçambique mercadores indianos tornando-se este país na verdadeira metrópole mercantil de Moçambique.

Em 1686 foi formada a companhia dos Mazanes pelo vice-rei de Portugal em Goa, da qual faziam parte mercadores indianos ricos, armadores. Esta companhia obteve monopólio do comércio Moçambicano e privilégios comerciais em fretes, ajuda oficial Portuguesa e apoio logístico.

A formação dessa companhia beneficiava a nobreza Portuguesa na Índia, e não a estabelecida em Portugal, o que ilustra bem as contradições que haviam entre os dirigentes portugueses. Terão sido essas contradições que estiveram na origem da separação de Moçambique de Goa em 1752.

Quase todo o tipo de comércio a retalho e a grosso era feito pelos indianos a partir do Interland da ilha de Moçambique, Mussuril e nas duas Cabaceiras. Os indianos de menor posse, via de regra, se estabeleciam como relojoeiros, mecânicos, etc.



As Modalidades de Comércio

O comércio de marfim, envolvendo os makua e os mercadores estrangeiros, fazia-se de duas formas que por vezes se complementavam:

- Tráfico regular com os makua dos reinos vizinhos e, por vezes, com mercadores Yao, do Lago Niassa, que levavam marfim, tabaco e azagaias para trocar nos armazéns dos portugueses, por tecidos e missangas. Para estas trocas os portugueses usavam tecidos fornecidos a crédito pelos comerciantes indianos;
- Envio, ao sertão, dos patamares (mercadores africanos). Este sistema era, em geral usado pelos mercadores indianos.

As Disputas Entre os Mercadores Portugueses e Indianos.

O comércio do marfim, especialmente a primeira modalidade, levou os mercadores portugueses, sem capital e dependentes do fornecimento de tecidos nas lojas dos indianos, (superiores aos portugueses tanto em termos de capital- dinheiro como na “arte” de fazer negócio), a endividarem-se progressivamente e, por via disso os indianos apropriaram – se gradualmente das propriedades dos portugueses que tinham sido colocadas sob hipoteca. Instalou-se, então um ambiente de rivalidade entre os dois grupos de mercadores, com os portugueses a pretenderem a expulsão dos concorrentes indianos. Os termos pejorativos – Baneanes e outros – com que os portugueses passaram a referir-se aos indianos atestam bem essa rivalidade.

Como Sobreviveram os Indianos à Ira dos Portugueses?

Leia o texto

Chegou José Vasconcelos de Almeida, entraram logo os Baneanes, a despende de mão larga, deram ouro, patacas, e receberam o domínio e a posse de toda a casa daquele governador, onde entravam com preferência a todas as mais pessoas até ao mais oculto gabinete, cuja entrada lhes era tão franca a toda a hora(...).

De facto os indianos conseguiram quase sempre “aliar-se” aos governantes portugueses para se defender dos ataques dos mercadores portugueses. Embora em algumas ocasiões aparecessem governantes interessados em defender os interesses dos portugueses, em geral, os indianos conseguiram sobreviver às pressões dos seus concorrentes.

As Guerras do Marfim

As disputas pelo controlo do comércio do marfim não se deram apenas entre os mercadores estrangeiros. Também ocorreram entre os reinos africanos envolvidos nesse comércio e entre esses reinos e os portugueses. Vejamos, então quais foram os principais episódios dessas “guerras do marfim”.

Se até finais do século XVII, altura em que declinou a rota Chire Mussoril, os mercadores phiri dominavam o comércio do marfim, a partir desse tempo os reinos Makua e os mercadores Yao emergiram como novos parceiros dos portugueses e indianos.

A Makuana compreendia três territórios localizados entre Memba e Angoxe: Uticolo, Cambira e Uocela, que faziam parte de pequenos reinos chefiados por Morimuno, Mauruça, Mocutuamuno, Movamuno e Inhamacoma (um aliado dos portugueses). Desses reinos os mais poderosos eram os de Mauruça e Morimuno.

No início do século XVIII registaram-se alguns conflitos entre estes reinos Makua e os portugueses devido ao bloqueio movido pelos Makua ao trânsito dos Yao pelo seu território em direcção a costa para comerciar com os portugueses.

Reagindo às constantes interferências de Morimuno no trânsito das caravanas Yao, em 1753, os portugueses atacaram o reino de Morimuno entretanto sem lograr sucesso.

Entre 1756 e 1758 Murimuno, em colaboração com Mauruça, volta a bloquear o trânsito Yao e não tendo conseguido sucesso militar ou comercial, os portugueses assinaram com os chefes Makua um acordo em 1783, segundo o qual “ (...) serão obrigados a dar passagem livre pelas terras dos seus domínios aos cafres Mujao (Yao), ou de outra qualquer nação que viessem comerciar com os portugueses”.

Nota de realce nas guerras do marfim é o envolvimento dos Reinos Afro-Islâmicos da Costa (especialmente Quitangonha e Sancul), em regra ao lado dos portugueses. Aqui a questão que pode ser colocada é: **porquê desse envolvimento?**

Sendo os estados envolvidos no tráfico de escravos, os reinos afro-islâmicos, eles viam nas guerras contra os Makua a possibilidade de captura de escravos, mas também uma oportunidade para eliminar um concorrente.

O comércio Yao na costa terá iniciado com os ferreiros a-chisi, tendo a procura de tecidos levado ao aumento de produtos envolvidos no comércio, começando a entrar com o marfim no mercado internacional através da Ilha de Moçambique.

O marfim vendido na ilha de Moçambique, era na sua maior parte, canalizado para Índia onde era utilizado no fabrico de ornamentos para as cerimónias nupciais hindu. A parte, menor, que chegava a Europa era utilizada no fabrico de bolas de bilhar.



O Comércio de Marfim na Baía de Maputo

A Baía de Maputo (antes Lourenço Marques) encontra-se, de acordo com documentos disponíveis, envolvida no comércio de marfim desde o século XVI, tendo conhecido duas fases:

- **1ª Fase – 1550 /1759:** comércio irregular e de fraco volume envolvendo tecidos indianos, marfim, pontas de rinoceronte e dentes de cavalo-marinho. Nesta altura estavam envolvidos do lado europeu os portugueses, os ingleses e holandeses e do lado dos africanos as ilhas de Inhaca e Xefina e os reinos Tembe e Matola, que, desse modo, se tornaram os reinos mais prósperos da região;
- **2ª Fase – 1750/1800:** chegada de mais mercadores ingleses e holandeses, incrementando o comércio do marfim com a Europa e a Índia. Nesta fase, o comércio era feito de barco e de canoa indo pelos rios Maputo e Incomáti, para fazer comércio com os reinos do interior. Os reinos interiores, Maputo, Cossa e Nwamba, tornam-se, então, mais prósperos do que os da costa.

Resumo da Lição



Resumo

Nesta lição você aprendeu que

A revolta de 1693 fez diminuir a produção do ouro, passando o marfim a constituir a mercadoria de maior procura pelos mercadores.

O marfim representava para os phiri o mesmo que o ouro para Shona. O comércio do marfim nos marave desempenhou um duplo papel, concorrendo numa primeira fase para o reforço do poder dos chefes e numa segunda fase como factor de desagregação daqueles estados ao originar conflitos como o que se verificou entre os Lundu e os Caronga no último quartel do século XVI.

Durante o ciclo do marfim assistiu-se a penetração do capital mercantil indiano. Este momento foi marcado por conflitos entre os mercadores indianos e portugueses.

Caro estudante, agora que já concluiu o estudo desta lição, vamos em conjunto resolver as questões que lhe são colocadas a seguir:

Actividades



Actividades

1. A companhia dos mazanes foi fundada em:
 - a) 1686 em Lisboa
 - b) 1752 em Goa
 - c) 1752 em Lisboa
 - d) 1686 em Goa.

2. Uma das características da segunda fase do ciclo do marfim, no sul do Save foi:
 - a) Monoplólio dos portugueses e ascensão do rei Tembe sobre Maputo
 - b) Chegada regular de elevado número de navios holandeses e ascensão do rei Tembe sobre Maputo
 - c) Chegada regular de elevado número de navios holandeses e ingleses e ascensão do rei Maputo sobre Tembe

Guia de Correção

1. d)
2. c)

Muito bem, chegados a esta fase, nada melhor que você sozinho medir o seu grau de assimilação dos conteúdos aprendidos, respondendo as questões abaixo.

Avaliação



Avaliação

1. Os mercadores de marfim no Norte do Save provinham de:
 - a) Quíloa e Mombaça
 - b) Quíloa, Mombaça e outras cidades portuárias swahili
 - c) Quíloa, Índia e Mombaça.



2. No sul do Save, a primeira fase do ciclo do marfim teve lugar em:
 - a) 1550 a 1800
 - b) 1550 a 1750
 - c) 1750 a 1800

3. No sul do Save, na primeira fase do ciclo do marfim o marfim era trocado por:
 - a) Tecidos indianos, missangas e lingotes de latão
 - b) Tecidos indianos
 - c) Tecidos indianos e missangas

Agora que terminou a resolução desta pequena avaliação verifique no fim do módulo se as respostas estão correctas e pode passar para a lição seguinte!

Lição 8

O Ciclo dos Escravos (1750/60-SécXX)

Introdução

Após cerca de três séculos de comércio envolvendo mercadorias produzidas pelos moçambicanos, nomeadamente ouro e marfim, a partir de meados do século XVIII os mercadores europeus iniciaram o tráfico do próprio produtor de mercadorias – o Homem.

Capturados e vendidos como mercadoria, desprovidos de quaisquer direitos como Homens, os moçambicanos foram levados para diferentes regiões com maior incidência para as Américas e ilhas francesas no Oceano Índico.

Nesta lição, caro estudante, você terá a oportunidade de estudar esta prática, a todos os níveis abominável, mas que contribuiu sobremaneira para a acumulação primitiva do capital na Europa.

Siga-a com atenção, amigo estudante!

Ao concluir esta unidade você será capaz de:



Objectivos

- *Explicar* os factores que contribuíram para o tráfico escravagista em Moçambique.
- *Indicar* as fases do tráfico de escravos em Moçambique.
- *Analisar* o impacto do tráfico de escravos em Moçambique.

O Ciclo de Escravos

O tráfico de escravos começa a ser praticado muito antes do século XVIII, mas é em meados deste século que ganha uma dimensão e proporções particularmente grandes, tornando-se numa actividade sistemática e, mais do que isso, tornando-se no principal atractivo dos mercadores. A partir de meados do século XVIII a mercadoria mais procurada pelos mercadores já não era o marfim ou o ouro, mas sim o próprio produtor daquelas e outras mercadorias, o Homem.

A génese do tráfico escravagista pode ser encontrada tanto em factores externos como internos. No século XVIII a crescente procura de mão-de-



obra nas plantações europeias nas Américas alimentou o interesse dos europeus pelos escravos provenientes da África.

Mas como deve ser fácil perceber, caro aluno, o interesse dos europeus em obter homens africanos para trabalhar em suas plantações não podia só por si permitir o tráfico escravagista. Este só se efectivou porque os chefes africanos envolvidos no comércio secular começaram a ver neste tráfico uma fonte de riqueza muito mais lucrativa do que as outras mercadorias.

Portanto, o interesse dos europeus em obter escravos para as suas plantações nas Américas, e da ambição dos chefes africanos em amealhar riqueza a custa do tráfico negreiro resultou o tráfico de escravos em África.

Fases do Ciclo de Escravos

O tráfico de escravos, que decorreu por um período de mais de cem anos (1750 até princípios do século XX), embora a sua evolução em termos de número, destino e protagonistas foram variando, o que levou a que se considerasse as diferentes fases de tráfico negreiro.

Foram, essencialmente, três as etapas em que ocorreu o comércio de escravos em Moçambique.

A primeira etapa consistiu no envio de escravos para as plantações francesas nas ilhas Mascarenhas, no oceano Índico.

A segunda fase foi de envio de escravos para as plantações europeias nas Américas. Nessa altura mercadores brasileiros, norte-americanos e centro-americanos incrementaram o tráfico negreiro, particularmente nos princípios do século XIX.

A terceira e última fase ocorreram após o período da abolição (1836-1842), altura em que o tráfico negreiro conheceu uma certa diminuição.

Entretanto a partir de 1840 a instituição do estatuto de trabalhadores recrutados ou "engajados" permitiu a continuação dissimulada do comércio de escravos em especial para as ilhas Mascarenhas. Nesta etapa o comércio era clandestino e tinha como baluartes em Moçambique os reinos afro-islâmicos da costa e os prazos.

Os escravos foram especialmente recrutados no vale do Zambeze e na faixa litoral e interland das zonas entre o Rio Ligonha e a Baía de Memba. Também houve, se bem que em menor escala, recrutamento na Baía da Lagoa e no interior de Inhambane.

Impacto do Tráfico Negreiro

Uma das principais implicações do comércio de escravos foi a retirada da principal força energética das sociedades moçambicanas afectando sobremaneira a reprodução social das zonas de caça ao escravo.

Outra consequência não menos importante do tráfico de escravos foi a reestruturação de algumas formações que tiveram que se adaptar a um sistema de evolução económica e política moldada segundo os interesses do tráfico.

O desenvolvimento do comércio de escravos desencadeou a valorização, a partir da segunda metade do século XVIII, de alguns portos como Quelimane e Ibo, que até aí tinham desempenhado um papel pouco notável nas relações comerciais.

Resumo da Lição



Resumo

Nesta lição você aprendeu que

A partir de meados do século XVIII a procura de escravos ultrapassou a do ouro e do marfim. O tráfico de escravos teve três etapas a saber:

- Antes 1750 - comércio menos intenso com os escravos sendo enviados para as ilhas francesas no Índico.
- 1750 - 1842 Período alto do tráfico durante várias dezenas de milhar saem anualmente para as plantações e minas da América.
- 1842 (abolição oficial em Moçambique) Tráfico clandestino. Os escravos saem principalmente pelos reinos afro-islâmicos da costa tendo como destino as ilhas francesas no Índico.

O tráfico de escravos teve grandes repercussões nas sociedades moçambicanas, das quais se destacam o despovoamento das regiões de recrutamento, a retirada da força de trabalho às sociedades africanas, o abandono das principais actividades produtivas e a militarização dos estados moçambicanos

Caro estudante, agora que já concluiu o estudo desta lição, vamos em conjunto resolver as questões que lhe são colocadas a seguir:

Actividades



Actividades

1. O ciclo de escravos foi a última etapa do capital mercantil em Moçambique
 - a) Situe esta etapa no tempo
 - b) Indique as causas do seu advento

2. As áreas de maior importância de tráfico de escravos em Moçambique foram:
 - a) Vale do Zambeze, hinterland de Inhambane e Baía de Maputo
 - b) Faixa do litoral com o litoral do rio Ligonha à Baía de Maputo
 - c) Hinterland de Inhambane e Baía de Maputo

Guia de Correção

1. a) O ciclo de escravos teve início nos meados do século XVIII e prolongou-se até princípios do século XX
2. b) As causas do tráfico de escravos foram o interesse dos europeus em obter escravos para as suas plantações nas Américas, e a ambição dos chefes africanos em amealhar riqueza a custa do tráfico negreiro.

Muito bem, chegados a esta fase, nada melhor que você sozinho medir o seu grau de assimilação dos conteúdos aprendidos, respondendo as questões abaixo.

Avaliação



Avaliação

1. Os primeiros escravos traficados até 1740 em Moçambique tinham como destino:
 - a) Américas e Ilhas Mascarenhas no Índico
 - b) Ilhas Mascarenhas no Índico
 - c) Xeicados e Sultanatos do litoral de Moçambique

2. Os principais sacrificados do comércio de escravos em Moçambique foram:
 - a) As populações de origem Makua –Lomwé
 - b) As populações shonas do vale do Zambeze
 - c) Os Tsonga e os chope do Sul de Moçambique

3. Em que período teve lugar o tráfico clandestino de escravos
 - a) Antes 1750
 - b) 1750 - 1842
 - c) 1842 Até início do século XX

Agora que terminou a resolução desta pequena avaliação verifique no fim do módulo se as respostas estão correctas e pode passar para a lição seguinte!

Lição 9

As Novas Unidades Políticas

Introdução

Novos estados em Moçambique são estados de formação relativamente recente, surgiram entre finais do século XVIII e princípios de XIX. Incluem-se neste grupo de estados os Estados Militares do Vale Zambeze, o Estados Yao, o estado de Gaza e os Reinos Afro-Islâmicos. Nesta lição iniciaremos o estudo deste grupo falando sobre os Estados Militares do Vale Zambeze que, como a própria designação sugere, surgiram no Vale do Zambeze. Iremos tratar também dos Estados Yao da actual província do Niassa e ainda dos Reinos Afro-Islâmicos que se desenvolveram ao longo da Costa norte de Moçambique especialmente da província de Nampula. Siga a lição com atenção!

Ao concluir esta unidade você será capaz de:



Objectivos

- *Identificar* os principais estados escravagistas em Moçambique.
- *Descrever* o processo de formação dos novos estados
- *Caracterizar* os novos estados a nível económico, político e social.

As novas Unidades Políticas

Os Estados Militares do Vale do Zambeze

Os Estados militares do zambeze surgiram, como a própria designação sugere, no Vale do Zambeze quando da desagregação do sistema de prazos e das chefaturas dominantes na região, na primeira metade do século XIX.

Com a queda daquelas unidades políticas criou-se um vazio de poder. A criação dos estados militares entre o oceano Índico e o Zumbo veio fechar o lugar deixado pelos prazeiros e chefaturas. Os estados militares eram maiores, melhor estruturados e armados dos que as uniddes políticas antecedentes.

Factores de Formação

Como dissemos anteriormente, a formação destes estados foi ditada pela queda dos prazos e de outras unidades políticas existentes no vale do Zambeze.

A queda dos prazos foi entre outras razões motivada por três factores principais que são igualmente os de formação dos estados ora em estudo, que aliás apareceram fechando o vazio deixados por aqueles:

- O tráfico de escravos no vale do Zambeze que leva os prazeiros, após exportar os camponeses a iniciar a venda dos a-chicunda seu braço armado. Esta prática levou ao abandono dos prazos pelos a-chicunda enfraquecendo militarmente estas unidades políticas.
- Os ataques dos exércitos dos mwenemutapa aos prazos entre 1820 e 1835, que provocaram o abandono dos mesmos tanto pelos prazeiros como pelos a-chicunda;
- Os ataques de grupos nguni aos prazos, chefaturas e feiras espalhadas pelo vale do Zambeze entre 1830 e 1844. Numa altura em que os prazos se encontravam militarmente enfraquecidos, os ataques nguni constituíram o golpe final aos prazos.

A queda dos prazos, pelas razões acima, foi acompanhada pela eclosão de dinastias de senhores de escravos que ocuparam as antigas áreas dos prazos e reagruparam milhares de a-chicunda a troco de tecidos, bebidas e armas de fogo. Por outro lado o governo português receando perder a sua influência no vale do Zambeze, devido a presença nguni resolveu conceder patentes administrativo-militares a alguns dos novos reis fazendo-os defender o vale do Zambeze contra os nguni.

Deste processo surgiram oito novos estados no vale do Zambeze, nomeadamente Macanga, o primeiro a surgir, Massangano, Kanyemba, Carizamimba, Macololo, Massingire, Gorongosa e Matakanya, todos eles com capacidade militar para limitar a penetração do Estado português. Todos, em conjunto, controlavam a maior parte do vale Zambeze, controlavam os principais recursos naturais e mantinham cercadas todas as bases militares portuguesas situadas no interior.

À excepção do estado dos Makololo formado por carregadores sothu trazidos por Livingstone em 1856, todos os outros foram constituídos por comerciantes afro-goeses.

A segurança destes estados era assegurada pelo uso de armas de fogo e pela construção de fortificações defensivas chamadas aringas. Estas eram guarnecidas pelos a-chicunda, que passaram a constituir a principal força a pós a queda dos prazos.

A organização social dos estados militares era muito similar a dos antigos prazos, embora mais complexa. Na base encontravam-se os camponeses das mushas forçados ao pagamento do mussoco (uma renda em géneros) e que constituíam reservatório de escravos. Estavam sob controlo directo dos antigos mambos e fumos vigiados por chuangas, uma espécie de inspectores.

Dessa estrutura constavam ainda os a-chicunda constituídos pelos antigos guerreiros fugidos dos prazos e por outros recrutados em formações políticas vizinhas. Suas responsabilidades eram, em geral, idênticas as que tinham nos prazos. Estavam organizados em regimentos chamados butaka cada uma governada por um cazembe ou mukazambo. A butaka estava dividida em pelotões conhecidos por ensaka.

Entre as principais tarefas dos a-chicunda constam as de proteger as fronteiras contra ameaças externas e reprimir revoltas internas e ainda desencadear operações de captura de escravos e pilhagem dos territórios vizinhos.

Um dos principais suportes do poder dos estados militares foi a africanização das classes dominantes visando diluir a distinção entre intrusos e súbditos locais, o que permitiu por vezes aumentar a legitimidade da classe governante. Paralelamente realizavam casamentos com mulheres das famílias reais locais procurando igualmente alterar o estatuto de estrangeiro e tornar assim legítima a sua governação.

Até finais da década 80 o estado português não conseguiu impor-se na região como potência colonizadora, pelo que assistia desesperadamente, e incapaz de agir, a aproximação dos ingleses e nguni bem como o prosseguimento do tráfico de escravos (após a abolição em 1836-42) e da resistência das chefaturas locais. Neste quadro, para Portugal os estados militares deviam constituir o garante da defesa e expansão territorial dos territórios portugueses.

Dada a circunstância de os interesses e as ambições das aristocracias dos estados militares só muito raramente coincidirem com os desejos de Lisboa, podemos situar em quatro níveis as relações entre Portugal e os estados militares:

Aliança de conveniência: para pagamento do grande fornecimento de armas de fogo, os chefes dos estados militares concordavam em reconhecer a soberania abstracta de Portugal desde que os seus funcionários não pusessem em causa a sua autonomia;

Dividir para reinar: Lisboa podia estar simultaneamente a fornecer armas a um estado, a prosseguir uma política de dividir para reinar, a tentar cooptar chefes militantes e a envolver-se em confrontações em larga escala. A relativa impotência de Portugal ditava este procedimento tão eclético (diversificado);

Amigáveis: Lisboa concordou em garantir-lhes títulos legais de posse para as terras que conquistassem, isenção da maioria dos impostos e obrigações que os outros proprietários tinham que satisfazer, e pagamentos em dinheiro. Receberam igualmente títulos prestigiosos que os colocavam acima da maioria dos funcionários coloniais;

Confrontação militar e ocupação: durante dezasseis anos, com início em 1886 Portugal atacou e conquistou um estado militar de cada vez. Começou por Massangano porque controlava o acesso a Tete e tinha infligido pesadas derrotas aos portugueses.

Os Estados Ajaua (Yao)

O território Ajaua, está integrado na província de Niassa, sendo limitado a oeste pelo Malawi, cuja fronteira é definida pela linha convencional que divide as águas do Lago Niassa. A norte está limitado com a Tanzania através do rio Rovuma e a sul e leste, pelo rio Lugenda.

Até cerca do século XVIII os ajaua viviam em pequenas comunidades matrilineares designadas mbumba. Estas comunidades eram constituídas por um grupo de irmãs casadas mais suas filhas casadas e filhos solteiros encabeçadas por um anyene mbumba- o chefe da linhagem, irmão mais velho do grupo de irmãs. Dentro da comunidade as relações tinham como base o parentesco. Neste contexto, só o parente é que adquiria o direito de uso e aproveitamento da terra.

A economia dos ajaua assentava na agricultura (milho miúdo, feijão, sorgo, etc.), caça e pesca. Sendo a agricultura uma actividades eminentemente feminina e a caça e pesca actividades masculinas por excelência.

Os ajaua conheciam e praticavam igualmente o trabalho de ferro, fabricando objectos de adorno, instrumentos de trabalho, utensílios domésticos, armas, etc.

Outra actividade desenvolvida pelas sociedades ajaua era o comércio. Consta que entre os séc.XVI e XIX, os Ajauas estabeleceram contactos com Quiloa e Zanzibar, com o Ibo e a Ilha de Moçambique, com a margem ocidental do Lago Niassa, Zumbo e Cazembe, na Zâmbia. Nas viagens à costa do Índico, os Ajaua trocavam tabaco, artefactos de ferro, peles e marfim por sal, tecidos missangas.

Uma parte destas mercadorias era utilizada para adquirir gado nas terras a sul do Lago Niassa. Mas essencialmente as mercadorias serviam para consolidar o poder dos chefes dentro das linhagens, usando-as como bens de prestígio, os chefes distribuíam - nos por novos aderentes das linhagens. O chefe organizava o comércio a longa distância, realizava as cerimónias propiciatórias dos antepassados e entregava os amuletos, indispensáveis ao sucesso das jornadas, aos mercadores.

Era ainda o chefe que acumulava as riquezas, controlava e distribuía os produtos vindos da costa. O que facilitava a criação de novas alianças e a angariação de novos clientes. Pelo que o poder político de um chefe ajaua media-se pelo número de pessoas que controlava.

O comércio de marfim no século XVIII e de escravos no século XIX provocaram alterações importantes nas sociedades ajaua. Se no princípio a caça visava apenas a subsistência e não permitia relações de produção duráveis, o comércio do marfim a partir do século XVIII conduziu ao aparecimento de grandes chefes de caçadores cujo poder ultrapassou os níveis de parentesco.

O marfim começava a funcionar como o ouro no território shona, sustentando o poder político e económico dos chefes.

Foi a tentativa de controlar cada vez melhor o comércio que levou à constituição dos estados centralizados. Com efeito esse interesse esteve na origem de um processo de conquista e submissão encetado por alguns chefes na época em causa. A principal estratégia para alcançar e manter a dominação foi, em geral, a poligamia, e não as acções militares. Quando o chefe tivesse espalhados pelo território pessoas a si ligados por laços de parentesco tinha maiores possibilidades de assegurar a lealdade dos súbditos.

Em meados do século XIX estavam já estabelecidos os estados ajaua das dinastias Mataca, Mtalika, Makanjila e Jalasi, que tinham no tráfico de escravos o principal suporte.

O tráfico de escravos foi excepcionalmente importante na consolidação da sociedade ajaua. De facto, se por um lado garantia o acesso de produtos importantes por outro, o comércio de escravos trouxe elementos novos na ordem política e social local.

A produção dos escravos na agricultura e dos homens no artesanato, fez com que o poder económico e político dos homens aumentasse e modificou o ordenamento habitacional do território Ajaua. Foi nessa época que surgiram as grandes aglomerações habitacionais onde viviam agrupadas as esposas dos chefes.



Com o desenvolvimento do comércio de escravos e com as transformações económicas, políticas e sociais ocorridas, os reinos transformaram-se em estados, o agrupamento das antigas comunidades em formações políticas de Estado deu lugar à formação de órgãos especializados que, sob aparência de defesa dos interesses comuns, tinham a função de controlar antagonismos sociais e de proteger os interesses das classes dominantes.

Os chefes territoriais deixaram de ser, apenas, os guardiães das pequenas unidades familiares, passando a comandar parentes e aliados, clientes e escravos. As fronteiras territoriais eram definidas pelo raio de acção militar e o poder fundava-se na força e no terror ideológico.

A introdução de armas de fogo e pólvora vendidos pelos mercedores para facilitar a captura de escravos contribuiu imenso para a gigantesca empresa de caça ao homem para afirmação do poder guerreiro e mercantil das dinastias Ajaua oitocentistas.

Existiam na sociedade ajaua três categorias de escravos: domésticos, esposas e para venda.

A utilização de escravos domésticos explica porque é que entre os ajaua a manutenção das classes dominantes não foi assegurada pela cobrança de impostos.

As esposas-escravas introduziram valores patrilineares na sociedade, pois os filhos da escrava pertenciam ao pai (dono da escrava) e não à família da mãe.

Com a chegada dos Brancos, os ajauas foram pouco a pouco obrigados a abandonar esta actividade. Mas, a cada tentativa de repressão branca, mais violência e mortes cometiam e mais escravos tomavam nas vizinhanças.

O aparecimento de grandes chefes Ajaua só ocorreu no séc. XIX coincidindo com a progressiva intensificação do comércio escravagista.

Organização Social Ajaua

Tomando como exemplo o estado de Mataka I, pode se dizer nos Estados ajaua havia uma organização estatal dispondo de juízes, de um ministro do comércio e de um comandante em chefe para aquisição de escravos. Todo o poder estava concentrado nas mãos de dignatários da capital.

Não havia chefes subordinados no território e, aparentemente, nenhum tributo era cobrado dentro do estado. Localmente, fora de acção do poder central, as comunidades aldeãs mantinham a sua parte e estavam cheias de escravos. Quando os portugueses atacaram a capital do último soberano Mataka, a capital deste tinha milhares de casas e quase dois terços dos seus habitantes eram constituídos por homens escravos.

O poder dos chefes Ajauas foi derivado do monopólio exclusivo que mantinham de actividade comercial e das práticas predatórias e escravagistas possibilitadas pelo emprego de armas de fogo.

O reforço do poder destes estados esteve também ligado ao exercício e controlo exclusivo das tarefas técnico administrativas e mágico-religiosas por um pequeno grupo de indivíduos que concentravam em si todo o poder.

De grande importância foram igualmente as cerimónias mágico-religiosas concorrendo a lealdade política daquelas sociedades, extremamente apegadas a essas cerimónias. A estas juntou-se a islamização das classes dominantes ajuar consubstanciada na adopção de títulos de xeique.

Os Reinos afro-Islâmicos da Costa

Quando falamos da penetração mercantil árabe dissemos que uma das consequências daquele processo foi a formação de estados em Moçambique. Pois bem, entre os estados resultantes desse processo pode-se mencionar os reinos afro-islâmicos da costa, nomeadamente os Xeicados de Sangage, Sancul e Quitangonha e o Sultanato de Angoxe.

Estes reinos islamizados tornaram-se bastante importantes no litoral norte de Moçambique, especialmente quando o comércio de escravos sobrepôs-se ao de marfim no século XIX. Depois da abolição oficial do tráfico de escravos estes reinos asseguraram a continuação clandestina do negócio, como se pode ver.

Sultanato de Angoxe

Foi fundado por refugiados de Quíloa estabelecidos em Quelimane e ilha de Moçambique, tendo como primeiro sultão Xosa, filho de Hassani.

Após a fixação dos portugueses em Sofala 1505 Angoxe ganhou importância para os swaili árabe que passaram a comerciar a partir desse porto. A partir de meados do século XVI Angoxe começou a decair, como ponto de escoamento de mercadorias, minado pela progressiva fixação dos portugueses no vale do Zambeze e pelas rivalidades internas.

Após a morte de Xosa, Angoxe ficou sob direcção de quatro linhagens nomeadamente Inhanandare, Inhamilala, Mbilinzi e Inhaitide, fundadas pelos descendentes de Xosa.

Primeiro foi a linhagem Inhanandare que depois de três gerações de reinado patrilinear perdeu o trono a favor dos Inhamilala que expulsaram os Inhanandare. As restantes linhagens partilharam entre si os principais cargos do reino.

Este ambiente de conflitos vivido na segunda metade do século XVI entre os principais grupos de Angoxe enfraqueceu politicamente o sultanato afectando o comércio e facilitando a dominação portuguesa.

Na altura do tráfico de escravos, especialmente no século XIX Angoxe recuperou a sua importância comercial. Durante este período o sultanato



esteve em guerras constantes tentando ora a expansão, ora defender-se de invasões.

Xeicado Sancul

Foi constituído no século XVI por imigrantes da ilha de Moçambique

Xeicado de Sangage- Era dependente de Angoche. Só estabeleceu a sua autonomia no século XIX na base de alianças com a administração portuguesa, dirigentes de Sancul e com os comerciantes baneanes da Ilha de Moçambique.

Xeicado de Quitangonha– Fundado por emigrantes da Ilha de Moçambique, manteve a sua autonomia e resistiu a dominação portuguesa até princípios do século XX com base no tráfico de escravos, tal como Sancul

Estados Makua (EMAKHUWA) do Interior

Desenvolveram-se entre os séculos XVI e XIX principalmente no interior das províncias de Nampula, Cabo Delgado e Zambézia.

▪ *Alguns exemplos de Estados Makua:*

- Morimuno;
- Sarima dos Namarrais;
- Laponi do chefe Mwatuka.

▪ *Alguns Chefes Makua*

- Makua-Lómwè Muwa, do clã Mole;
- Ossiwa de Alto Molócuè;
- Mwatuka.

Resumo da Lição

Os Estados Militares do Vale do Zambeze

Os Estados militares do zambeze surgiram no Vale do Zambeze na sequência da desagregação do sistema de prazos e das chefaturas dominantes na região, na primeira metade do século XIX.

Como dissemos anteriormente, a formação destes estados foi ditada pela queda dos prazos e de outras unidades políticas existentes no vale do Zambeze.

A queda dos prazos foi entre outras razões motivada por três factores principais que são igualmente os de formação dos estados ora em estudo, que aliás apareceram fechando o vazio deixados por aqueles:

- O tráfico de escravos no vale do Zambeze que leva os prazeiros, após exportar os camponeses a iniciar a venda dos a-chicunda seu braço armado. Esta prática levou ao abandono dos prazos pelos a-chicunda enfraquecendo militarmente estas unidades políticas.
- Os ataques dos exércitos dos mwenemutapa aos prazos entre 1820 e 1835, que provocaram o abandono dos mesmos tanto pelos prazeiros como pelos a-chicunda;
- Os ataques de grupos nguni aos prazos, chefaturas e feiras espalhadas pelo vale do Zambeze entre 1830 e 1844. Numa altura em que os prazos se encontravam militarmente enfraquecidos, os ataques nguni constituíram o golpe final aos prazos.

Deste processo surgiram oito novos estados no vale do Zambeze, nomeadamente Macanga, o primeiro a surgir, Massangano, Kanyemba, Carizamimba, Macololo, Massingire, Gorongosa e Matakanya, todos eles com capacidade militar para limitar a penetração do Estado português. Todos, em conjunto, controlavam a maior parte do vale Zambeze, controlavam os principais recursos naturais e mantinham cercadas todas as bases militares portuguesas situadas no interior.

À excepção do estado dos Makololo formado por carregadores sothu trazidos por Livingstone em 1856, todos os outros foram constituídos por comerciantes afro-goeses.

A segurança destes estados era assegurada pelo uso de armas de fogo e pela construção de fortificações defensivas chamadas aringas. Estas eram guarnecidas pelos a-chicunda, que passaram a constituir a principal força a pós a queda dos prazos.

A organização social dos estados militares era muito similar a dos antigos prazos, embora mais complexa. Na base encontravam-se os camponeses das mushas forçados ao pagamento do mussoco (uma renda em géneros) e que constituíam reservatório de escravos. Estavam sob controlo directo



dos antigos mambos e fumos vigiados por chuangas, uma espécie de inspectores.

Dessa estrutura constavam ainda os a-chicunda constituídos pelos antigos guerreiros fugidos dos prazos e por outros recrutados em formações políticas vizinhas. Suas responsabilidades eram, em geral, idênticas as que tinham nos prazos. Estavam organizados em regimentos chamados butaka cada uma governada por um cazembe ou mukazambo. A butaka estava dividida em pelotões conhecidos por ensaka.

Entre as principais tarefas dos a-chicunda constam as de proteger as fronteiras contra ameaças externas e reprimir revoltas internas e ainda desencadear operações de captura de escravos e pilhagem dos territórios vizinhos.

Um dos principais suportes do poder dos estados militares foi a africanização das classes dominantes visando diluir a distinção entre intrusos e súbditos locais, o que permitiu por vezes aumentar a legitimidade da classe governante. Paralelamente realizavam casamentos com mulheres das famílias reais locais procurando igualmente alterar o estatuto de estrangeiro e tornar assim legítima a sua governação.

Até finais da década 80 o estado português não conseguiu impor-se na região como potência colonizadora, pelo que assistia desesperadamente, e incapaz de agir, a aproximação dos ingleses e nguni bem como o prosseguimento do tráfico de escravos (após a abolição em 1836-42) e da resistência das chefaturas locais. Neste quadro, para Portugal os estados militares deviam constituir o garante da defesa e expansão territorial dos territórios portugueses.

Dada a circunstância de os interesses e as ambições das aristocracias dos estados militares só muito raramente coincidirem com os desejos de Lisboa, podemos situar em quatro níveis as relações entre Portugal e os estados militares:

Aliança de conveniência: para pagamento do grande fornecimento de armas de fogo, os chefes dos estados militares concordavam em reconhecer a soberania abstracta de Portugal desde que os seus funcionários não pusessem em causa a sua autonomia;

Dividir para reinar: Lisboa podia estar simultaneamente a fornecer armas a um estado, a prosseguir uma política de dividir para reinar, a tentar cooptar chefes militantes e a envolver-se em confrontações em larga escala. A relativa impotência de Portugal ditava este procedimento tão eclético (diversificado);

Amigáveis: Lisboa concordou em garantir-lhes títulos legais de posse para as terras que conquistassem, isenção da maioria dos impostos e obrigações que os outros proprietários tinham que satisfazer, e pagamentos em dinheiro. Receberam igualmente títulos prestigiosos que os colocavam acima da maioria dos funcionários coloniais;

Confrontação militar e ocupação: durante dezasseis anos, com início em 1886 Portugal atacou e conquistou um estado militar de cada vez. Começou por Massangano porque controlava o acesso a Tete e tinha inflingido pesadas derrotas aos portugueses

Os Estados ajaua (Yao)

O território Ajaua, está integrado na província de Niassa, sendo limitado a oeste pelo Malawi, cuja fronteira é definida pela linha convencional que divide as águas do Lago Niassa. A norte está limitado com a Tanzania através do rio Rovuma e a sul e leste, pelo rio Lugenda.

Até cerca do século XVIII os ajaua viviam em pequenas comunidades matrilineares designadas mbumba. Estas comunidades eram constituídas por um grupo de irmãs casadas mais suas filhas casadas e filhos solteiros encabeçadas por um anyene mbumba- o chefe da linhagem, irmão mais velho do grupo de irmãs. Dentro da comunidade as relações tinham como base o parentesco. Neste contexto, só o parente é que adquiria o direito de uso e aproveitamento da terra.

A economia dos ajaua assentava na agricultura (milho miúdo, feijão, sorgo, etc.), caça e pesca. Sendo a agricultura uma actividades eminentemente feminina e a caça e pesca actividades masculinas por excelência.

Os ajaua conheciam e praticavam igualmente o trabalho de ferro, fabricando objectos de adorno, instrumentos de trabalho, utensílios domésticos, armas, etc.



Outra actividade desenvolvida pelas sociedades ajaua era o comércio. Consta que entre os séc.XVI e XIX, os Ajauas estabeleceram contactos com Quiloa e Zanzibar, com o Ibo e a Ilha de Moçambique, com a margem ocidental do Lago Niassa, Zumbo e Cazembe, na Zâmbia. Nas viagens à costa do Índico, os Ajaua trocavam tabaco, artefactos de ferro, peles e marfim por sal, tecidos missangas.

Uma parte destas mercadorias era utilizada para adquirir gado nas terras a sul do Lago Niassa. Mas essencialmente as mercadorias serviam para consolidar o poder dos chefes dentro das linhagens, usando-as como bens de prestígio, os chefes distribuíam - nos por novos aderentes das linhagens. O chefe organizava o comércio a longa distância, realizava as cerimónias propiciatórias dos antepassados e entregava os amuletos, indispensáveis ao sucesso das jornadas, aos mercadores.

Era ainda o chefe que acumulava as riquezas, controlava e distribuía os produtos vindos da costa. O que facilitava a criação de novas alianças e a angariação de novos clientes. Pelo que o poder político de um chefe ajaua media-se pelo número de pessoas que controlava.

O comércio de marfim no século XVIII e de escravos no século XIX provocaram alterações importantes nas sociedades ajaua. Se no princípio a caça visava apenas a subsistência e não permitia relações de produção duráveis, o comércio do marfim a partir do século XVIII conduziu ao aparecimento de grandes chefes de caçadores cujo poder ultrapassou os níveis de parentesco.

O marfim começava a funcionar como o ouro no território shona, sustentando o poder político e económico dos chefes.

Foi a tentativa de controlar cada vez melhor o comércio que levou à constituição dos estados centralizados. Com efeito esse interesse esteve na origem de um processo de conquista e submissão encetado por alguns chefes na época em causa. A principal estratégia para alcançar e manter a dominação foi, em geral, a poligamia, e não as acções militares. Quando o chefe tivesse espalhado pelo território pessoas a si ligados por laços de parentesco tinha maiores possibilidades de assegurar a lealdade dos súbditos.

Em meados do século XIX estavam já estabelecidos os estados ajaua das dinastias Mataca, Mtalika, Makanjila e Jalasi, que tinham no tráfico de escravos o principal suporte.

O tráfico de escravos foi excepcionalmente importante na consolidação da sociedade ajaua. De facto, se por um lado garantia o acesso de produtos importantes por outro, o comércio de escravos trouxe elementos novos na ordem política e social local.

A produção dos escravos na agricultura e dos homens no artesanato, fez com que o poder económico e político dos homens aumentasse e modificou o ordenamento habitacional do território Ajaua. Foi nessa época que surgiram as grandes aglomerações habitacionais onde viviam agrupadas as esposas dos chefes.

Com o desenvolvimento do comércio de escravos e com as transformações económicas, políticas e sociais ocorridas, os reinos transformaram-se em estados, o agrupamento das antigas comunidades em formações políticas de Estado deu lugar à formação de órgãos especializados que, sob aparência de defesa dos interesses comuns, tinham a função de controlar antagonismos sociais e de proteger os interesses das classes dominantes.

Os chefes territoriais deixaram de ser, apenas, os guardiães das pequenas unidades familiares, passando a comandar parentes e aliados, clientes e escravos. As fronteiras territoriais eram definidas pelo raio de acção militar e o poder fundava-se na força e no terror ideológico.

A introdução de armas de fogo e pólvora vendidos pelos mercedores para facilitar a captura de escravos contribuiu imenso para a gigantesca empresa de caça ao homem para afirmação do poder guerreiro e mercantil das dinastias Ajaua oitocentistas.

Existiam na sociedade ajaua três categorias de escravos: domésticos, esposas e para venda.

A utilização de escravos domésticos explica porque é que entre os ajaua a manutenção das classes dominantes não foi assegurada pela cobrança de impostos.

As esposas-escravas introduziram valores patrilineares na sociedade, pois os filhos da escrava pertenciam ao pai (dono da escrava) e não à família da mãe.

Com a chegada dos Brancos, os ajauas foram pouco a pouco obrigados a abandonar esta actividade. Mas, a cada tentativa de repressão branca, mais violência e mortes cometiam e mais escravos tomavam nas vizinhanças.

O aparecimento de grandes chefes Ajaua só ocorreu no séc. XIX coincidindo com a progressiva intensificação do comércio escravagista.

Organização Social Ajaua

Tomando como exemplo o estado de Mataka I, pode se dizer que nos Estados ajaua havia uma organização estatal dispondo de juízes, de um ministro do comércio e de um comandante em chefe para aquisição de escravos. Todo o poder estava concentrado nas mãos de dignatários da capital.

Não havia chefes subordinados no território e, aparentemente, nenhum tributo era cobrado dentro do estado. Localmente, fora de acção do poder central, as comunidades aldeãs mantinham a sua parte e estavam cheias de escravos. Quando os portugueses atacaram a capital do último soberano Mataka, a capital deste tinha milhares de casas e quase dois terços dos seus habitantes eram constituídos por homens escravos.



O poder dos chefes Ajauas foi derivado do monopólio exclusivo que mantinham de actividade comercial e das práticas predatórias e escravagistas possibilitadas pelo emprego de armas de fogo.

O reforço do poder destes estados esteve também ligado ao exercício e controlo exclusivo das tarefas técnico administrativas e mágico-religiosas por um pequeno grupo de indivíduos que concentravam em si todo o poder.

De grande importância foram igualmente as cerimónias mágico-religiosas concorrendo a lealdade política daquelas sociedades, extremamente apegadas a essas cerimónias. A estas juntou-se a islamização das classes dominantes ajaua consubstanciada na adopção de títulos de xeique.

Os Reinos Afro-islâmicos da Costa

Quando falamos da penetração mercantil árabe dissemos que uma das consequências daquele processo foi a formação de estados em Moçambique. Pois bem, entre os estados resultantes desse processo pode-se mencionar os reinos afro-islâmicos da costa, nomeadamente os Xeicados de Sangage, Sancul e Quitangonha e o Sultanato de Angoxe.

Estes reinos islamizados tornaram-se bastante importantes no litoral norte de Moçambique, especialmente quando o comércio de escravos sobrepôs-se ao de marfim no século XIX. Depois da abolição oficial do tráfico de escravos estes reinos asseguraram a continuação clandestina do negócio, como se pode ver.

Sultanato de Angoxe

Foi fundado por refugiados de Quíloa estabelecidos em Quelimane e ilha de Moçambique, tendo como primeiro sultão Xosa, filho de Hassani.

Após a fixação dos portugueses em Sofala 1505 Angoxe ganhou importância para os swaili árabe que passaram a comerciar a partir desse porto. A partir de meados do século XVI Angoxe começou a decair, como ponto de escoamento de mercadorias, minado pela progressiva fixação dos portugueses no vale do Zambeze e pelas rivalidades internas.

Após a morte de Xosa, Angoxe ficou sob direcção de quatro linhagens nomeadamente Inhanandare, Inhamilala, Mbilinzi e Inhaitide, fundadas pelos descendentes de Xosa.

Primeiro foi a linhagem Inhanandare que depois de três gerações de reinado patrilinear perdeu o trono a favor dos Inhamilala que expulsaram os Inhanandare. As restantes linhagens partilharam entre si os principais cargos do reino.

Este ambiente de conflitos vivido na segunda metade do século XVI entre os principais grupos de Angoxe enfraqueceu politicamente o sultanato afectando o comércio e facilitando a dominação portuguesa.

Na altura do tráfico de escravos, especialmente no século XIX Angoxe recuperou a sua importância comercial. Durante este período o sultanato esteve em guerras constantes tentando ora a expansão, ora defender-se de invasões.

Xeicado Sancul

Foi constituído no século XVI por imigrantes da ilha de Moçambique

Xeicado de Sangage- Era dependente de Angoche. Só estabeleceu a sua autonomia no século XIX na base de alianças com a administração portuguesa, dirigentes de Sancul e com os comerciantes baneanes da Ilha de Moçambique.

Xeicado de Quitangonha- Fundado por emigrantes da Ilha de Moçambique, manteve a sua autonomia e resistiu a dominação portuguesa até princípios do século XX com base no tráfico de escravos, tal como Sancul

Estados Makua (EMAKHUWA) do Interior

Desenvolveram-se entre os séculos XVI e XIX principalmente no interior das províncias de Nampula, Cabo Delgado e Zambézia.

- Alguns exemplos de Estados Makua:
 - Morimuno;
 - Sarima dos Namarrais;
 - Laponi do chefe Mwatuka.
- **Alguns Chefes Makua**
 - Makua-Lómwè Muwa, do clã Mole;
 - Ossiwa de Alto Molócuè;
 - Mwatuka.

Actividades



Actividades

1. Assinale com **V** ou **F** as seguintes características, conforme sejam verdadeiras ou falsas, respectivamente.
 - a) Os estados militares do vale do Zambeze surgiram como resultado de conquistas militares e da forte colaboração de chefes locais.
 - b) O suporte económico dos estados militares do vale do Zambeze era o comércio dos produtos dos camponeses
 - c) Socialmente, os estados militares do vale do Zambeze eram unicamente constituídos pela aristocracia Nguni e por escravos domésticos.
 - d) Os estados militares do vale do Zambeze surgiram como resultado de conquistas militares e de alianças dos chefes locais.
 - e) O suporte económico dos estados militares do vale do Zambeze era o comércio de escravos e a agricultura.
 - f) Socialmente, os estados militares do vale do Zambeze eram constituídos pelos afro-islâmicos e escravos domésticos.
2. Os Estados militares do vale do Zambeze foram criados:
 - a) No séc. XVIII-
 - b) Entre 1800 e 1819.
 - c) Entre 1820 e 1860.
3. Nas línguas locais do vale do Zambeze Muzungu referia-se a:
 - a) Comércio de marfim e escravos.
 - b) Raças de outras latitudes que apareciam a comercializar ouro, marfim e escravos.
 - c) Europeus, goeses e seus descendentes.
4. Os elementos que não faziam parte da estrutura social dos Estados militares são:



- a) Camponeses das mushas e seu descendentes.
 - b) Mambos e fumos que controlavam os camponeses.
 - c) Os muenemutapas.
5. A estrutura social baseada na comunidade matrilinear verificou-se no:
- a) Estado de Gaza
 - b) Estado de Massangano
 - c) Estado de Mataka
6. Os a-chisi eram especialistas no trabalho de ferro nos Estado:
- a) Militares.
 - b) Yao
 - c) Macua.

Guia de Correção

- 1. a) F b) F c) F d) V e) V f) F
- 2. c)
- 3. c)
- 4. c)
- 5. c)
- 6. b)

Muito bem, chegados a esta fase, nada melhor que você sozinho medir o seu grau de assimilação dos conteúdos aprendidos, respondendo as questões abaixo.

Avaliação



Avaliação

1. As novas unidades políticas em Moçambique resultaram da:
 - a) Actividade mercantil que os africanos estabeleciam com os mercadores asiáticos.
 - b) Actividade mercantil que os africanos estabeleciam com os mercadores europeus.
 - c) Contributo da actividade mercantil na estruturação final das novas unidades políticas em Moçambique.
2. O Estado militar que nunca se envolveu no tráfico de escravos foi:
 - a) Macololo fundado pelos carregadores de Livingstone.
 - b) Macanga fundado pelos carregadores de Livingstone.
 - c) Massangano fundado por Nyaúde.
3. Uma das características dos Estados Militares era:
 - a) O uso de ramas compradas aos asiáticos e portugueses vindos de Goa.
 - b) Comércio de ouro e marfim que vinham do interior do Império de Muenemutapa.
 - c) Combinar o uso de armas de fogo e aringas.
4. A africanização do estilo de vida dos Estados militares permitiu:
 - a) Impedir para sempre a ocupação efectiva portuguesa.
 - b) Criar condições para a penetração mercantil portuguesa.
 - c) Forçar a escravização dos a-chicunda pelos portugueses.
5. Os Estado makua desenvolveram-se no interior das províncias de:
 - a) Nampula, Zambézia e Niassa.
 - b) Nampula, Cabo Delgado e Zambézia.
 - c) Nampula, Cabo Delgado e Niassa.

Agora que terminou a resolução desta pequena avaliação verifique no fim do módulo se as respostas estão correctas e pode passar para a lição seguinte!

Lição 10

O Estado de Gaza

Introdução

O estado de Gaza surgiu no século XIX na região sul de Moçambique. Até essa altura não tinha existido na região qualquer forma de organização de tipo estadual. Existiam apenas chefaturas e pequenos reinos que nunca tinham mais do 20000 habitantes. Esta situação alterou-se a partir de 1821 com a criação do estado de Gaza, culminando um processo iniciado na actual África do Sul que ficou conhecido por Mfecane e que teve grandes repercussões políticas em toda a região austral da África. Siga a lição com atenção!

Ao concluir esta unidade você será capaz de:



Objectivos

- *Descrever* o M'fecane
- *Explicar* o processo de formação do Estado de Gaza
- *Caracterizar* a organização político administrativa do Estado de Gaza
- *Explicar* o aparato ideológico do Estado de Gaza

As Novas Unidades Políticas

O Mfecane e o Estado de Gaza

O Mfecane

O estado de Gaza surgiu no século XIX na região sul de Moçambique. Até essa altura não tinha existido na região qualquer forma de organização de tipo estadual. Existiam apenas chefaturas e pequenos reinos que nunca tinham mais do 20000 habitantes. Esta situação alterou-se a partir de 1821 com a criação do estado de Gaza, culminando um processo iniciado na actual África do Sul que ficou conhecido por Mfecane e que teve grandes repercussões políticas em toda a região austral da África.

Mas o que foi o Mfecane?

O termo Mfecane designa um processo de lutas e transformações políticas ocorridas na Zululândia e que culminou com a centralização política naquela região e a emigração dos grupos vencidos para outras regiões.

Causas do Mfecane

Entre outros factores o Mfecane deveu-se essencialmente a dois factores:

- 1) o crescimento do comércio com a baía de Maputo o que levou a conflitos entre linhagens pelo controlo das rotas comerciais e;
- 2) a crise ecológica seguida de seca e fome nos princípios do século XIX que conduziu a disputas pela posse de recursos naturais mais favoráveis a agricultura.

As Lutas

Tiveram início na segunda metade do século XVIII, altura em que existiam na região cerca de 20 reinos. No rescaldo dos conflitos por volta de 1815 sobressaíram dois:

- Nduandue chefiado por Zuide e;
- Mtetua por Dinguisuaio.

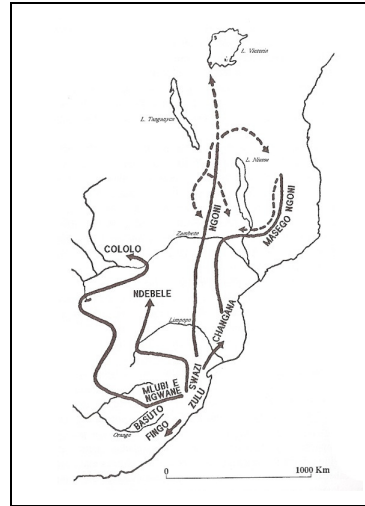
Os outros tinham desaparecido por incorporação nos dois referidos como vassalos ou por fuga dos seus habitantes.

Os reinos Nduandue e Mtetua estiveram no centro dos conflitos militares ocorridos entre 1816 e 1821 e que terminaram com a centralização e emigração. A primeira fase do conflito foi dominada pelos Nduandue que lograram capturar e matar o rei dos Mtetua, Dinguisuaio, em 1818 sem contudo eliminar a existência do reino. O lugar deixado vago pelo rei viria a ser ocupado por Tchaka, da linhagem Zulo.

Em novo conflito entre as duas linhagens a vitória viria a sorrir para os Mtetua encabeçados por Tchaka, forçando os Nduandue a submeter-se aos vencedores. Entretanto parte dos vencidos optou pela emigração para evitar a humilhação da rendição.

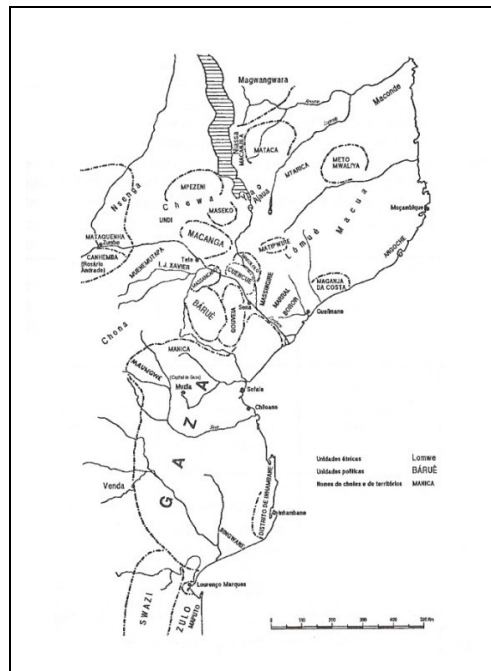
Dos que decidiram emigrar contam-se Zuangedaba, Nguana Maseko, Nqaba Msane, que por algum tempo se fixaram em Moçambique, Mzilikazi que se fixou no território do actual Zimbabwe, Sobhuza na Swazilândia e Sochangane (Manicusse) que se fixou a sul de Moçambique fundando o estado de Gaza.

O alastramento dos conflitos às regiões vizinhas da Zululândia levou à formação do reino do Lesotho por grupos de resistência aos guerreiros zulu.



O Estado de Gaza

Foi constituído por Manicusse, também conhecido por Sochangane, entre os rios Limpopo e Zambeze e teve a maior parte do território localizada no actual território de Moçambique.



Manicusse, fundador e rei de Gaza entre 1821 e 1858, foi bem sucedido numa conquista em que soube se apoiar numa política de assimilação que lhe permitiu pôr jovens guerreiros incorporados no sul a lutar pela expansão e defesa dos seus domínios. Um exemplo disso foi o que aconteceu em 1834 diante de uma expedição portuguesa e em 1836 frente

a uma coluna boer. Foram também os assimilados que serviram como funcionários do exército e da administração territorial.

As populações do vale do Limpopo e os Cossa de Magude devem a sua designação - Changana= súbditos de Sochangane- a essa assimilação.

Após a morte de Sochangane em 1858 subiu ao poder seu filho Maueue, que a partir de 1859 resolveu atacar os seus irmãos mais velhos possuidores de territórios mais vastos com vista a ampliar o seu escasso património. Mzila foi o único irmão que conseguiu fugir e fixar-se no Transvaal. Maueue hostilizou ainda os vizinhos, reinos vassalos e caçadores de elefantes vindos de Lourenço Marques. Portanto Maueue criou inúmeros inimigos internos e externos e, apenas tinha como aliado o rei Swazi.

Em resposta à postura pouco amigável do rei, em 1861 foi constituída uma coligação incluindo os descontentes da aristocracia Nguni - comerciantes e populações do vale do Incomati - decidida a apoiar Mzila a tomar o poder. Iniciou-se então um período de guerras que se prolongaria até 1864 terminado com a vitória da coligação. Enquanto decorria a guerra, e por causa dela, em 1862, a capital do Estado foi transferida para Mussorize.

Mzila assumiu o poder em 1864 até a sua morte em 1884, quando foi substituído por seu filho Ngungunhane, o último rei de Gaza. Durante o seu mandato (em 1889), Ngungunhane mudou de novo a capital, desta feita para Mandlakazi.

A mudança da capital para a actual Manjacaze esteve ligada a três factores principais: (1) as pressões dos portugueses e ingleses que pretendiam retomar a mineração; (2) o esgotamento dos recursos agrícolas em Manica, contrastando com sua relativa abundância no vale do Limpopo e; (3) A revolta dos chopi que impunha uma acção mais directa do rei para sua supressão.

Em 1895 o estado de Gaza, no reinado de Ngungunhane, caiu diante do avanço português.

Organização Social

No topo da hierarquia estava a alta Aristocracia composta pelo Rei e seus familiares próximos seguida de uma média Aristocracia que integrava os Nguni não pertencentes à linhagem do rei aliada aos "assimilados".

No extracto mais inferior estavam as populações dominadas conhecidas por Tonga. Havia ainda uma camada de cativos afecta as comunidades domésticas nguni. As mulheres cativas podiam ser tomadas como esposas dos Nguni sem necessidade de lobolo. Gradualmente emancipavam-se libertando-se da condição de escravos, mantendo-se o seu grupo social devido às constantes guerras.

Economia

As principais actividades económicas das populações eram a agricultura (mapira, mexoeira, milho, etc), caça e pesca.

Uma parte dos produtos da agricultura destinavam-se ao pagamento dos tributos.

Mas o marfim e dinheiro ganho na África do Sul após o início da migração para as minas também pagavam o tributo.

Outra fonte de rendimento era o trabalho dos cativos nas propriedades dos chefes.

A criação de gado e o comércio foram outras actividades praticadas no estado de Gaza, sendo porém monopolizadas pelos Nguni.

Ideologia

O poder real dos Nguni, tal como nos Mwenemutapa e nos Marave, esteve ligado ao exercício das cerimónias mágico-religiosas. Os cultos e rituais eram oficiados pelo rei. O mais importante dos rituais era o Nkwaya ligado ao início das colheitas. Existiam também as cerimónias destinadas a dar força aos guerreiros conhecidas por Mbelengulu.

Resumo da Lição



Resumo

Nesta unidade você aprendeu

O estado de Gaza surgiu no século XIX na região sul de Moçambique na sequência do Mfecane que designa um processo de lutas e transformações políticas ocorridas na Zululândia e que culminou com a centralização política naquela região e a emigração dos grupos vencidos para outras regiões.

O estado de Gaza foi fundado por Sochangane e localizava-se entre os rios Limpopo e Zambeze e teve a maior parte do território localizada no actual território de Moçambique.

Tendo sido reinado pelo seu fundador 1821 e 1858, foi depois liderado por Maueue entre 1858 e 1864, Mzila, irmão de Maueue de 1864 até 1884, ano em que subiu ao poder Ngungunhane, o último rei de Gaza. Em 1895 o estado de Gaza, no reinado de Ngungunhane, caiu diante do avanço português.

Caro estudante, agora que já concluiu o estudo desta lição, vamos em conjunto resolver as questões que lhe são colocadas a seguir:

Actividades



Actividades

1. A organização social do Estado de Gaza era composta por:
 - a) Populações dominadas já integradas na estrutura social Nguni.
 - b) Alta aristocracia, média aristocracia, tonga e changanas.
 - c) Alta aristocracia, média aristocracia e tonga.
2. Uma das consequências do M'fecane foi:
 - a) Migrações da população Nguni da Zululândia só para Gaza, onde veio constituir-se o Estado de Gaza.
 - b) Migração de Zuangedaba, Ngaba Msane e Nguana Maseko para Tete e Niassa onde formaram o Estado Macanga.
 - c) Unificação da Zululândia e a migração de tribos nguni em direcção ao norte onde originaram mudanças políticas.
3. Entre os chefes Zulu aquele que tem ligações de parentesco com Ngungunhane era:
 - a) Zuangedaba.
 - b) Manicusse.
 - c) Mzilikazi
4. No Estado de Gaza as principais actividades económicas eram:
 - a) Caça, pesca e criação de gado bovino.
 - b) Agricultura, caça, pesca e criação de gado bovino.
 - c) Produção artesanal.

1. b)

2. c)



3. b)

4. b)

Muito bem, chegados a esta fase, nada melhor que você sozinho medir o seu grau de assimilação dos conteúdos aprendidos, respondendo as questões abaixo.

Avaliação



Avaliação

Marque com **X** a frase que melhor completa a ideia expressa.

1. O M'fecane é definido como:

- a) Processo de inter-linhagens entre as populações vizinhas da Zululândia, ocorridas no séc. XIX.
- b) Processo de lutas e transformações políticas ocorridas na Zululândia nos séculos XVIII e XIX seguidas de migrações Nguni.
- c) Processo de conflitos inter-linhagens entre as populações vizinhas da África do Sul, ocorridas no século XIX, envolvendo populações de Gaza.

2. O movimento Mfecane teve como causas:

- a) Lutas inter-linhagens pelo controlo das rotas comerciais da baía de Maputo.
- b) Crise ecológica nos princípios do século XIX na Zululândia.
- c) Conflitos inter-linhagens pelo controlo das rotas comerciais e crise ecológica registados entre os séculos XVIII e XIX.

3. No conflito entre os reinos Nduandue e Mtetua pelo controlo da Zululândia destacou-se o seguinte chefe:

- a) Sobhuza.
- b) Tchaka
- c) Mzilikazi.

4. No Estado de Gaza a sucessão do poder era feita por via de:

- a) eleições justas, livres e transparentes.
- b) sucessão genealógica (hereditária).
- c) indicação do conselho de anciãos



5. O Estado de Gaza abarcava:
- a) Maputo, Manica e Zambézia.
 - b) Maputo, Manica, Sofala e Gaza.
 - c) Maputo, Gaza, Inhambane, Manica e Sofala.

Agora que terminou a resolução desta pequena avaliação verifique no fim do módulo se as respostas estão correctas e pode passar para a lição seguinte!

Soluções

Lição 1

Resposta 1

a)

Resposta 2.

a), d), e), f)

Lição 2

Resposta 1.

A expansão shona ocorreu entre 1440 e 1450 tendo como destino a confluência dos rios Luia e Mazoe.

Resposta 2.

O estado dos Mwenemutapa estendia-se do Índico ao Kalahari e do Zambeze ao Limpopo

Resposta 3.

Os estados vassallos dos Mwenemutapa eram Sedanda, Quiteve, Bárue, Manica, Quissanga, Maúngue

Lição 3

Resposta 1.

a)

Resposta 2.

a)

Lição 4

Resposta 1

b)

Resposta 2.

b)

Lição 5

Resposta 1

b)

Resposta 2

a)

Resposta 3

a) V

c) V

e) V

b) F

d) F

f) V

Resposta 4

a) V

c) V

e) V

b) F

d) F

f) V

Lição 6

Resposta 1.

a)

Resposta 2.

b)

Resposta 3

c)

Lição 7

Resposta 1.

b)



Resposta 2.

b)

Resposta 3.

b)

Lição 8

Resposta 1.

b)

Resposta 2.

b)

Resposta 3.

c)

Lição 9

Resposta 1

c)

Resposta 2

a)

Resposta 3

c)

Resposta 4

b)

Resposta 5.

c)

Lição 10

1. b)

4. b)

2. c)

5. c

3. b)

Teste Preparação de Final de Módulo

Este teste, querido estudante, serve para você se preparar para realizar o Teste de Final de Módulo no CAA. Bom trabalho!

1. O poder central no estado dos mwenemutapa localizava-se entre os rios Luíça e Mazoe e era circundado por uma cintura de Estados vassalados ou satélites.
 - a) Mencione esses estados
2. Nos estados mwenemutapa existiam vários tributos entre eles:
 - a) Tributos regulares, tributos de vassalagem e tributos rituais;
 - b) Penas vermelhas de certos pássaros, marfim, peles de leão e de leopardo, etc.
 - c) Curva, primícias tributos rituais;
 - d) Curva, tributos de vassalagem e tributos rituais
3. O poder dos mwenemutapa ficou particularmente abalado com o tratado de 1629
 - a) Indique três obrigações impostas pelo acordo de 1629, à Aristocracia do Mwenemutapa
4. Indica os limites do Império dos Mwenemutapas.
5. Enumera as principais actividades económicas dos Shona.
6. A ocupação das terras que deram origem aos prazos no vale do Zambeze foi através de:
 - a) Doação do mambo, compra e conquista militar
 - b) Distribuição das terras pela coroa portuguesa aos mercadores,
 - c) Acordos entre os mercadores portugueses e árabes
 - d) Nenhuma das respostas está correcta
7. Entre as causas do fracasso sistema de prazos em Moçambique podem se apontar.
 - a) Os prazos localizavam-se em regiões do interior, longe do alcance das autoridades.
 - b) Portugal era impotente para impor a lei e as terras foram ocupadas, sem apoio da coroa;
 - c) Os chefes africanos defendiam sempre os prazeiros
 - d) A coroa portuguesa fazia poucos investimentos nos prazos.

8. O tráfico de escravos foi uma das causas do declínio dos prazos porque:
- a)** O comércio de escravos criou conflitos entre os prazeiros
 - b)** Os prazeiros não conseguiram acompanhar o movimento da abolição
 - c)** Os prazeiros começaram também a vender os a-chicunda;
 - d)** Nenhuma das respostas está correcta.
9. A exploração da esfera ideológica foi determinante na formação dos Estados Marave, pois:
- a)** A conquista fez-se através de um domínio gradual dos territórios, através da absorção e adaptação da ideologia local acompanhada de casamentos com mulheres nativas.
 - b)** Os habitantes dos estados marave eram matrilineares
 - c)** Os marave utilizavam as práticas ideológicas inicialmente usadas pelos mwenemutapa
 - d)** Nenhuma afirmação é correcta
10. Os tributos rituais consistiam em:
- a)** Primícias das colheitas e taxas pela orientação das cerimónias religiosas.
 - b)** Taxas pela resolução de disputas e taxas de trânsito pelo território.
 - c)** Curva
 - d)** a), b) e c) são falsas
11. Os primeiros mercadores que actuaram em Moçambique foram os árabe-persa, provenientes da:
- a)** Índia e Arábia
 - b)** Península Arábica e do Golfo-Pérsico.
 - c)** Império Persa
 - d)** Arábia Saudita
12. A expansão e fixação dos árabes em Moçambique foram motivadas por razões económicas e ideológicas como:
- a)** A difusão do cristianismo na Europa
 - b)** Surgimento do Islão, desertificação das terras e o superpovoamento
 - c)** Procura de terras férteis e Prática do comércio, baseado em tecidos, missangas e outros produtos.
 - d)** b) e c) são verdadeiras
13. Assinale as consequências culturais da fixação árabe em Moçambique
14. O Poder dos mwenemutapa ficou particularmente abalado com o tratado de 1629
- b)** Indique três obrigações impostas pelo acordo de 1629, pelos portugueses à Aristocracia do Mwenemutapa

15. Indica os limites do Império dos Mwenemutapa.
16. Os mercadores que conquistaram terras no território dos Muenemutapa passaram um período de tensas relações com a coroa portuguesa.
- Explique a origem das tensões havidas.
 - De que forma tentou o governo português colmatar tais tensões?
 - Terá a política da coroa portuguesa surtido o efeito desejado? Justifique a sua resposta.

17. Leia o extracto a baixo e responda.

Chegou José Vasconcelos de Almeida, entraram logo os Baneanes, a despendar de mão larga, deram ouro, patacas, e receberam o domínio e a posse de toda a casa daquele governador, onde entravam com preferência a todas as mais pessoas até ao mais oculto gabinete, cuja entrada lhes era tão franca a toda a hora(...).

- a) Analise, à luz do extracto acima, as relações entre os mercadores portugueses e indianos.

18. A companhia dos mazanes foi fundada em:

- 1686 em Lisboa
- 1752 em Goa
- 1752 em Lisboa
- 1686 em Goa.

19. A principal rota de escoamento do marfim no norte do Save era:

- Quelimane
- Sofala
- Angoche
- Ilha de Moçambique

20. Os mercadores de marfim no Norte do Save provinham de:

- Quíloa e Mombaça
- Quíloa, Mombaça e outras cidades portuárias swahili
- Quíloa, Índia e Mombaça
- Mombaça e Península Arábica

21. No sul do Save, a primeira fase do ciclo do marfim teve lugar em:

- 1550 a 1800
- 1550 a 1750
- 1750 a 1800
- 1800 – 1850

22. No sul do Save, na primeira fase do ciclo do marfim o marfim era trocado por:

- Tecidos indianos, missangas e lingotes de latão

- b)** Tecidos indianos
 - c)** Tecidos indianos e missangas
 - d)** Enxadas e armas de ferro
- 23. Uma das características da segunda fase do ciclo do marfim, no sul do Save foi:
 - a)** Monoplólio dos portugueses e ascensão do rei Tembe sobre Maputo
 - b)** Chegada regular de elevado número de navios holandeses e ascensão do rei Tembe sobre Maputo
 - c)** Chegada regular de elevado número de navios holandeses e ingleses e ascensão do rei Maputo sobre Tembe
 - d)** A fraca colaboração dos reinos africanos
- 24. As áreas de maior importância de tráfico de escravos em Moçambique foram:
 - a)** Vale do Zambeze, hinterland de Inhambane e Baía de Maputo
 - b)** Faixa do litoral com o litoral do rio Ligonha à Baía de Maputo
 - c)** Hinterland de Inhambane e Baía de Maputo
- 25. Os primeiros escravos traficados em 1740 em Moçambique tinham como destino:
 - a)** Américas e Ilhas Mascarenhas no Índico
 - b)** Ilhas Mascarenhas no Índico
 - c)** Xeicados e Sultanatos do litoral de Moçambique
- 26. Os principais sacrificados do comércio de escravos em Moçambique foram:
 - a)** As populações de origem Makua –Lomwé
 - b)** As populações shonas do vale do Zambeze
 - c)** Os Tsonga e os chope do Sul de Moçambique
- 27. Com a erupção nguni em 1820, o comércio de escravos no sul de Moçambique:
 - a)** Diminuiu
 - b)** Aumentou
 - c)** Foi eliminado
- 28. A fixação legal do estatuto de trabalhadores recrutados aos antigos escravos nas plantações da Ilha de Moçambique em 1850 foi assinada entre:
 - a)** França, Portugal e Inglaterra
 - b)** França e Inglaterra
 - c)** França e Portugal